

SALVADOR ARRIOLA
Embaixador mexicano
dá razões para otimismo

INDÚSTRIA 4.0
Senai presta consultoria
para transição fabril

TORNEIO DE ROBÓTICA
Escassez de água é tema
destaque em evento do SESI

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 3 | nº 21 | Abril 2018



NEGÓCIOS PROMISSORES

NOVA RODADA DE ACORDOS COMERCIAIS
— PROMETE AMPLIAR MERCADOS PARA PRODUTOS
BRASILEIROS, MAS TAMBÉM TRARÁ DESAFIOS



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

FAÇA SUA
INDÚSTRIA MELHOR.
FAÇA SEU SETOR
MAIS FORTE.



Programa de
Desenvolvimento
Associativo

Somar forças. Multiplicar resultados.

FAÇA PARTE

Se você tem um objetivo, se unir com pessoas que também acreditam nele é fundamental. Os sindicatos empresariais existem para unir pessoas que acreditam na indústria e na sua importância para o país. Junto a outros empresários, você pode fazer a diferença! Acesse industriaforte.com.br e saiba mais.



/cni brasil



/cni_br



/cnibr



/cnibweb



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

CARTA AO LEITOR

Algumas reformas são ruidosas, como a pendente revisão do sistema de aposentadorias ou a bem-sucedida modernização das regras trabalhistas. Já outras são silenciosas, ainda que também produzam efeitos positivos difusos sobre o setor produtivo. Nesse grupo estão os acordos comerciais com outros países e blocos, em negociação direta do Brasil ou por meio do Mercosul. Depois dos anos de ensimesmagem — em que virou as costas para diversas oportunidades — o país vive atualmente uma etapa de amplo diálogo comercial. “O Brasil ficou afastado muito tempo dos acordos comerciais e agora retomou (essa agenda)”, diz Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo ele, as maiores expectativas estão depositadas nas negociações do Mercosul com a União Europeia (UE), que podem reduzir tarifas de quase 700 produtos que o Brasil exporta ou que poderia exportar para os mercados do velho continente.

A agenda comercial brasileira é o tema da reportagem de capa desta edição. Entre outras autoridades no tema, ouvimos o embaixador do México no Brasil, Salvador Arriola, que indicou setores com potencial para aprofundar suas relações comerciais com o país norte-americano, como os de máquinas automáticas para tratamento ou processamento de dados e de celulares. Também entrevistamos o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Abrão Neto, que considera a nova onda de integração comercial brasileira uma oportunidade para que empresas nacionais se insiram em cadeias produtivas globais.

São temas ainda desta edição o debate legislativo sobre a privatização da Eletrobras e suas possíveis repercussões na melhoria da eficiência e do preço da energia no Brasil, o lançamento da Agenda Jurídica 2018, com uma nova ferramenta de acompanhamento do tempo das decisões judiciais, e a iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de auxiliar as empresas na transição para o modelo da indústria 4.0.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

Superintendência de Jornalismo CNI/SESI/SENAI/IEL

Superintendente de Jornalismo
José Edward Lima

Gerente-executivo de Jornalismo
Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial: Wladimir Gramacho; Jornalista Responsável: Rachel Mello (DF 3877/95); Reportagem: Sandro Lima e Vivaldo de Sousa; Projeto Editorial, gráfico e editoração: Armando Salmito, Esteban Pinilla, Gabriela Assreuy e Luã Leão; Revisão de texto: Renata Portella. Informações técnicas: (61) 3317-9472, fax (61) 3317-9456. Email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cnibr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>

ARTIGO DO PRESIDENTE



6



SUMÁRIO

CAPA



O novo ciclo de negociações comerciais pode abrir mercados promissores para produtos industriais brasileiros

8

AGENDA LEGISLATIVA



Câmara começa a debater proposta de privatização da Eletrobras

28

GIRO BRASIL



Federação do Acre organiza visita técnica para inspecionar as obras na BR-364, entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul

40

INFOGRAFIA

Conheça os principais acordos que podem ser fechados nos próximos meses e seus impactos em diferentes setores

16

COMPETITIVIDADE

Agenda Jurídica 2018 cria régua sobre celeridade das decisões e seu impacto na produção econômica

32

GOVERNO TRUMP

Decisões protecionistas dos EUA geram oportunidades para alguns parceiros comerciais, mas criam temor de retração econômica global

18

PRODUTIVIDADE

SENAI presta consultoria a empresas interessadas em adotar processos produtivos da quarta revolução industrial

34

GIRO GLOBAL



Britânicos estão mais preocupados com as condições de infraestrutura no país do que com a saída da União Europeia

42

SALVADOR ARRIOLA

Embaixador do México no Brasil explica negociações com o país e mostra por que os brasileiros devem estar otimistas

22

ABERTURA

O estudo *Coefficientes de Abertura Comercial* mostra aumento do consumo de produtos importados no país

36

TERMÔMETRO ECONÔMICO

Índice sugere que empresário da construção começa a recuperar otimismo depois dos anos de grave crise

38

ABRÃO NETO

Secretário de Comércio Exterior do MDIC relata ações de promoção do governo federal e alerta para a maior concorrência global

24

SESI / SENAI / IEL

Torneio de Robótica estimula o interesse dos jovens pela inovação, com soluções inclusive para a escassez de água

44

INDÚSTRIA EM AÇÃO

CNI leva representantes do setor público a Manaus, no âmbito das ações do programa *Conhecendo a Indústria*

26

MUITO A FAZER NA ÁREA INTERNACIONAL

O comércio exterior é uma atividade fundamental para a recuperação do crescimento econômico e para a geração de empregos no Brasil. Durante a fase aguda da recessão, o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu quase 7%, mas as exportações líquidas tiveram uma expansão de 3% em 2015 e de 1,6% em 2016.

Entretanto, a inserção do país nos fluxos internacionais de bens, serviços, investimentos e informação não pode ser apenas uma válvula de escape para ciclos de crise no mercado doméstico. Uma maior integração à economia mundial é parte essencial da estratégia para tornarmos o Brasil um país mais produtivo, competitivo e desenvolvido.

O setor privado continua dando a sua contribuição nesse sentido. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou a terceira edição da *Agenda Internacional da Indústria*, que orienta as ações do segmento produtivo no comércio exterior.

O documento relaciona as prioridades para o aperfeiçoamento da política comercial. Mesmo diante do cenário de restrição fiscal e do início do processo das eleições, o governo atual ainda pode fazer muito.

Um bom exemplo é a área de acordos comerciais. O Brasil precisa concluir, em 2018, as negociações de livre comércio com a União Europeia e expandir seu acerto bilateral com o México. Assim, o acesso potencial do país ao comércio internacional, desimpedido de barreiras, saltará dos atuais 8% para mais de 25% de todas as trocas. Além disso, o Brasil pode avançar na agenda econômica do Mercosul por meio da facilitação de comércio e serviços.

A CNI apoia essas iniciativas, mas é contrária à abertura unilateral da economia. Abrir as portas indiscriminadamente sem assegurar um maior acesso aos outros mercados não é uma boa estratégia.

Nenhuma grande nação do mundo faz isso. Nessa área, é preciso haver reciprocidade. Não é por acaso que China, Estados Unidos, Japão e União Europeia não reduzem o Imposto de Importação sem que haja contrapartida na forma de ganhos permitidos pelos países parceiros.

Outro campo é o da facilitação e da desburocratização. O governo precisa avançar na implantação do Portal Único de Comércio Exterior e na melhora de programas e regimes especiais para os exportadores, como o Operador Econômico Autorizado e o *drawback*. A burocracia alfandegária equivale a um imposto de mais de 10% sobre o valor de qualquer produto importado ou exportado pelo Brasil. É fundamental que os órgãos de governo acabem com taxas abusivas, como a cobrada pelos terminais portuários para o escaneamento de contêineres.

Também é imprescindível cuidar da defesa comercial e adotar medidas para viabilizar as operações das exportadoras e multinacionais brasileiras, que representam a maior parte das transações comerciais e de investimentos. Em dezembro, vence o Reintegra, o regime que compensa os exportadores pelo resíduo de tributos acumulados no processo produtivo. Sem uma reforma tributária que elimine essa distorção, é crucial que o governo estenda

a validade do modelo, elevando sua alíquota dos atuais 2% para 3%.

Como é possível observar, há uma ampla possibilidade de aprimoramento da política comercial. A *Agenda Internacional da Indústria* aponta caminhos para uma integração mais consistente, com bons resultados para o país. Para o crescimento econômico se consolidar num ritmo mais condizente com as necessidades do Brasil, o comércio exterior brasileiro precisa avançar.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

DE VOLTA À MESA DE NEGOCIAÇÕES

CICLO DE ACORDOS COMERCIAIS DEVE ABRIR NOVOS MERCADOS PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA, SOBRETUDO NA UNIÃO EUROPEIA E NO MÉXICO



Setores de calçados, couro e alumínio, entre outros, podem ser beneficiados ainda em 2018 com o acesso a mercados europeus como o alemão (porto de Bremerhaven).

As portas do cobiçado mercado europeu, formado por consumidores de alto poder aquisitivo e produtos de ponta, pode se abrir para vários setores industriais quando estiverem encerradas as negociações do Mercosul com a União Europeia, cujos termos são acompanhados em detalhes pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Entre os setores potencialmente beneficiados estão os de calçados, couro, alumínio, partes e peças de tratores e automóveis e aviação.

De forma geral, segundo a CNI, a UE apresenta tarifas baixas e quase um quarto dos bens possui tarifa zero. Entretanto, o bloco aplica tarifa para 67% dos 1.001 produtos que o Brasil exporta ou poderia exportar para os países europeus. De acordo com Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, o acordo abrirá o mercado europeu para bens industriais, agrícolas e também para prestadores de serviço.

No agronegócio, a negociação poderá resultar em aumento nas exportações de frutas tropicais, milho, arroz, café solúvel, carnes, suco de laranja, açúcar e etanol. Hoje, segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), das 2.180 linhas tarifárias exportadas para a UE em produtos agrícolas,

um terço paga mais de 20% de tarifa de exportação e cerca de 10% têm tarifas superiores a 75%.

MAIS INVESTIMENTOS

O acordo entre Mercosul e União Europeia vai reduzir alíquotas elevadas, impactos de barreiras sanitárias e fitosanitárias e impedimentos regulatórios para o setor de serviços e compras governamentais. As negociações incluem, ainda, mudanças no regime aduaneiro especial de *drawback*, que isenta os insumos importados de produtos que serão exportados. Outro benefício que o acordo deve trazer é o aumento de investimentos nos países do Mercosul, segundo Abijaodi.

O acordo do Mercosul com a União Europeia permitirá ao Brasil ter acesso a 25% do mercado mundial com isenção ou redução de tarifas. Hoje, os produtos brasileiros acessam apenas 8% do comércio do mundo. Sócios de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai também aumentarão em quase 20% o espaço para seus produtos com preferência tarifária, conforme as negociações em andamento. Com isso, o país poderá subir algumas posições nos rankings dos maiores exportadores do mundo (em que ocupa apenas a 25ª posição) e dos maiores importadores (em que é o 28º colocado).

Apesar do tom mais restritivo ao comércio internacional adotado pelos Estados Unidos após a posse do presidente Donald Trump, uma maior inserção do Brasil no mercado externo, por meio da ampliação e da melhoria dos acordos internacionais, é o caminho para aumentar a produtividade industrial e a competitividade da economia. Além disso, acordos estratégicos contribuem para aumentar o acesso dos produtos brasileiros a novos mercados e impulsionar reformas internas.

LINHAS DE ATUAÇÃO

Em função dessa importância, os acordos comerciais constam como uma das prioridades da terceira edição da *Agenda Internacional da Indústria*, divulgada pela CNI em março. Dividida em duas grandes linhas – influência sobre a política comercial e serviços de apoio à internacionalização –, a agenda apresenta 98 ações que servem de referência para o debate entre o setor público e a iniciativa privada em favor da inserção internacional do país. “Fizemos um planejamento com atividades, ações e projetos de curto, médio e longo prazos”, afirma Carlos Eduardo Abijaodi.

Nove temas compõem a linha de apoio à internacionalização: capacitação e sensibilização empresarial, inteligência

comercial, promoção de negócios, carnê de admissão temporária, plano de internacionalização, adequação de embalagens para exportação, programas de internacionalização, certificados para exportação e promoção e atração de investimentos. Elaborada a partir de consulta aos industriais, a *Agenda Internacional* acolheu apenas propostas que estão em acordo com a Constituição e com as normas externas às quais o Brasil aderiu.

Além dos acordos, a linha de influência comercial contempla a discussão sobre barreiras em terceiros mercados, investimentos brasileiros no exterior, facilitação e desburocratização do comércio exterior, logística e infraestrutura, tributação, financiamento e garantias às exportações e defesa comercial. “O Brasil ficou afastado muito tempo dos acordos comerciais e agora retomou. Temos hoje diversos acordos com negociações próximas de serem concluídas e a mais importante delas é com a União Europeia (UE)”, resume Abijaodi.

Conforme análise feita pela CNI, o tema se consolidou após o lançamento

do Plano Nacional de Exportações 2015 – 2018, em junho de 2015. Segundo Abijaodi, 2017 foi marcado pelo grande avanço nas negociações entre o Mercosul e a EU, porém com frustração no final do ano, quando se esperava o anúncio do acordo político entre os dois blocos. Agora, a previsão dos negociadores brasileiros é que o acordo seja assinado ainda no primeiro semestre deste ano, provavelmente em junho.

MAIS EUROPA

No âmbito regional, os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) iniciaram negociações com a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA na sigla em inglês), que reúne Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein. Além da redução tarifária, o possível acordo incluirá disciplina sobre barreiras não tarifárias, ajudando exportadores brasileiros que eventualmente enfrentem esses impedimentos naquele mercado. Em 2017, as exportações brasileiras para os países do EFTA foram de US\$ 1,9 bilhão, dos quais 60% foram produtos manufaturados.

Segundo o superintendente de Políticas Industriais da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), Renato Jardim, nos últimos anos “o Brasil priorizou a agenda multilateral no que se refere à política externa comercial, o que não deixa de ser importante, mas que acabou atrasando o processo de integração com o mundo, já que diversos países avançaram agressivamente em acordos bilaterais e regionais, reduzindo as tarifas praticadas no comércio entre eles, nos deixando em posição menos competitiva para entrar e concorrer nesses mercados”.

Para ele, a retomada da priorização da agenda de acordos “é muito importante para a recuperação de nosso espaço em diversos mercados, assim como é o meio mais inteligente de realizar uma abertura comercial e obter maior inserção no comércio global”. Assim, argumenta, o movimento é realizado com parceiros específicos selecionados e de forma negociada, em vez de uma abertura unilateral que não permite a obtenção de contrapartidas por parte de outros parceiros.

SETOR TÊXTIL

No caso da indústria têxtil e de confecção, setor cuja concorrência internacional é muito intensa e nem sempre leal e equilibrada, segundo Jardim, esse é um movimento importante, já que as tarifas praticadas por parte da maioria dos países do mundo são relativamente altas. “Ou seja, a negociação de acordos pode efetivamente produzir efeitos positivos de vantagens comparativas de acesso a mercados. Mas é importante ressaltar a relevância de selecionar cuidadosamente os parceiros com os quais o Brasil negocia seus acordos, para que a relação seja de efetiva parceria e não de concorrência”, diz.

Segundo Lia Walls Pereira, pesquisadora da área de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), “a iniciativa de ampliar e fazer novos acordos comerciais é positiva até como forma de ajudar a reduzir algumas das tarifas brasileiras e melhorar o marco regulatório

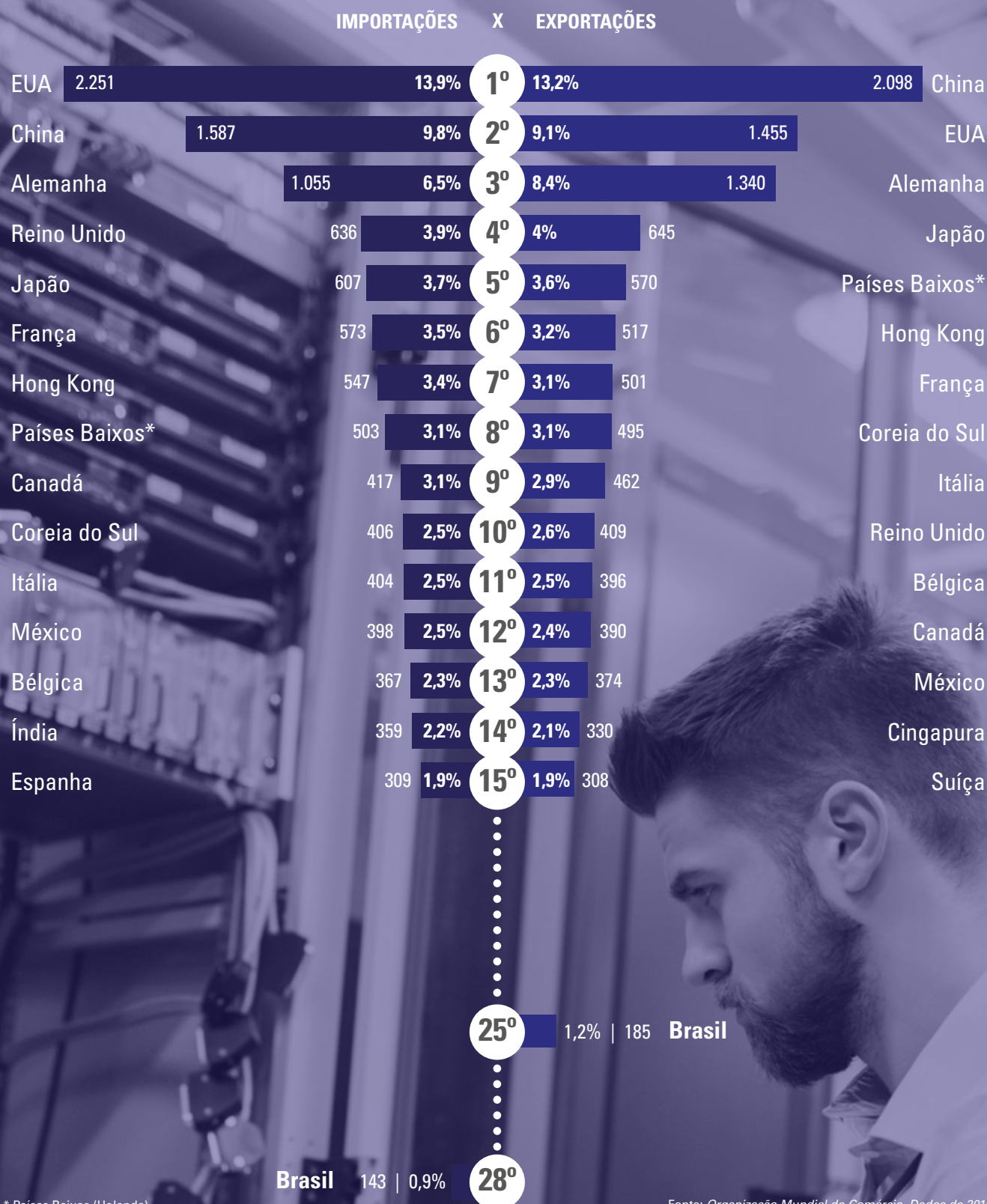


Foto: José Paulo Lacerda/CNI

Abijaodi (CNI) elogia o retorno do Brasil às mesas de negociação

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL É PEQUENA

Valores em US\$ bilhões



* Países Baixos (Holanda)

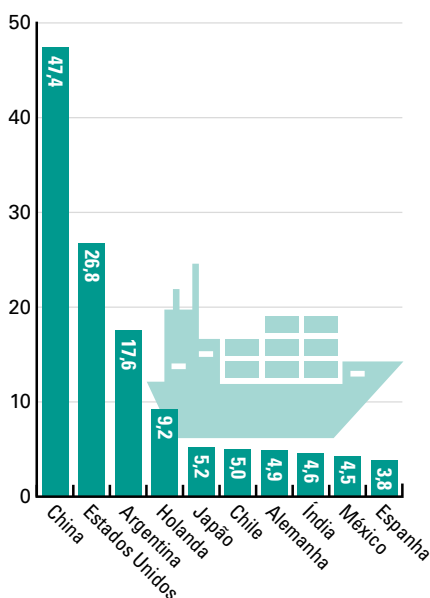
Fonte: Organização Mundial do Comércio. Dados de 2016

comercial". Ela considera que uma guinada protecionista no mundo poderia dificultar a celebração de alguns acordos comerciais, mas criaria oportunidades para o Brasil em mercados nos quais o país tem vantagens comparativas, como na agroindústria.

AGENDA INTERNACIONAL

Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, destaca que a *Agenda Internacional da Indústria 2018* incorpora objetivos permanentes voltados para a maior e a melhor inserção internacional do setor industrial brasileiro no mundo. Esses objetivos estão relacionados, de um lado, a reformas de caráter estrutural, essenciais para nivelar o campo de jogo enfrentado pela indústria brasileira na competição internacional e, de outro, à provisão de serviços que permitam às empresas brasileiras capturar as melhores oportunidades no mercado mundial. No entanto, ressalta, as estratégias para alcançar esses objetivos permanentes não estão imunes às mudanças de contexto e à evolução da conjuntura doméstica e externa.

OS PRINCIPAIS MERCADOS PARA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (US\$ BILHÕES)



Fonte: MDIC

Foto: Divulgação



Renato Jardim (ABIT) diz que regulação estrangeira precisa ser monitorada

Em termos mundiais, por exemplo, há tendência de um crescimento mais moderado na economia e no comércio, convergindo com o desempenho econômico de países desenvolvidos. Nesse contexto, será necessário um maior trabalho de inteligência comercial para identificar mercados mais promissores para produtos específicos, além de capacitação e sensibilização dos empresários. Exige ainda, por parte do governo e dos empresários, a manutenção dos acordos no centro da política comercial.

Outra tendência importante é a de crescimento econômico na América Latina, com recuperação na Argentina e nova fase no Mercosul. Isso vai exigir maior atenção à agenda bilateral Brasil-Argentina, com foco na implementação de medidas visando ao livre comércio e ao aprofundamento da agenda de integração do Mercosul, aproveitando o bom momento para ampliar a promoção de negócios também com Colômbia e Chile. A *Agenda Internacional* da CNI destaca, ainda, a necessidade de ações para melhorar o ambiente para investimentos brasileiros na Argentina.

No ambiente doméstico, com crescimento moderado de demanda e restrições fiscais, a pauta comercial deve se manter como eixo fundamental

da política econômica, a exemplo de 2017, quando as exportações cresceram 185%, na comparação com o ano anterior, e o volume de vendas no exterior chegou a US\$ 217,74 bilhões. Nesse sentido, ganham relevância os serviços de apoio à internacionalização para viabilizar o início e a permanência da exportação de pequenas e médias empresas, além do reforço do portfólio de serviços voltados à conversão de indústrias ainda não exportadoras, como foco em assessoria e consultoria e capacitação empresarial.

PRIORIDADES PARA 2018

Ainda na área de acordos comerciais, entre as prioridades para 2018, conforme a *Agenda Internacional*, estão: defender a conclusão do acordo entre o Mercosul e a União Europeia e sua internalização, tanto nos países do Mercosul quanto nos da UE; e buscar a conclusão do acordo de livre comércio em negociação com o México. Uma alternativa seria um acordo parcial mais amplo que o atual para o setor automotivo, além da inclusão de temas relevantes para a indústria, como regras de origem, barreiras técnicas, compras governamentais, facilitação de comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias e serviços.

Em relação ao Mercosul, a prioridade é a apresentação e defesa de propostas para avançar nos temas econômicos e comerciais, sobretudo a negociação de acordos intrabloco e o aperfeiçoamento da governança técnica e administrativa do bloco comercial. Também será necessário trabalhar pela internalização no Brasil e nos demais países do *Protocolo de Compras Públicas* e do *Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos* (PCFI). O *Protocolo de Compras Públicas* permite que empresas brasileiras, argentinas, paraguaias e uruguaias participem, em condições de igualdade, de licitações públicas realizadas por governos dos quatro países.

No Brasil, conforme estudo da CNI, o prazo médio entre a notificação de um acordo ao Congresso Nacional e a promulgação por decreto é de quatro anos e meio. Conforme a pesquisa, há ao menos sete acordos internacionais que ainda não entraram em vigor porque

aguardam assinatura do Brasil. Entre eles estão dois pactos de cooperação e facilitação de investimentos considerados essenciais: com o México e com o Chile. Há, também, negociações semelhantes com Moçambique e Maláui. Os outros entendimentos se referem a contribuições previdenciárias, negociadas com a Coreia do Sul e a província de Quebec, no Canadá, e um acordo de facilitação de comércio com o Peru.

CHILE E COLÔMBIA

Outro tópico importante da agenda de negociações comerciais é o aprofundamento dos acordos com Chile e Colômbia no tema compras governamentais e o avanço na aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico nos temas de facilitação de comércio e regras de origem. Deve ser realizado, ainda, um trabalho para disseminar os benefícios e a importância, para o setor privado, de um acordo comercial envolvendo

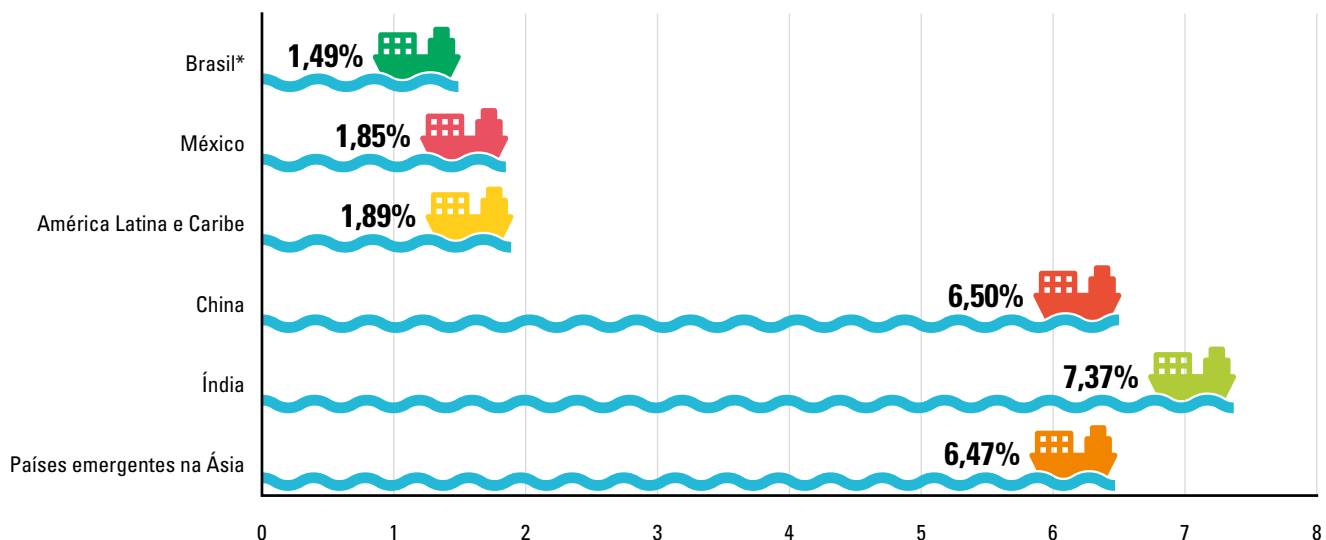
o Brasil e os Estados Unidos, e a renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) americano, com a manutenção do Brasil como país beneficiário.

Lia Walls Pereira avalia que, em comparação a outros países, o Brasil tem muito poucos acordos. “Em geral, eles são de baixa cobertura: só pegam mercadorias. Somente agora começamos a fazer acordos de serviços e de compras governamentais”, avalia professora da FGV. “O tema das compras governamentais, por exemplo, não entrava na agenda. A primeira negociação a contemplar esse tópico foi com o Peru e agora incluímos também no Mercosul. Foi um ganho excelente fechar esse protocolo no Mercosul, o que vai nos dar uma grande vantagem competitiva em relação aos concorrentes de fora do bloco”, comenta Marcela Santos de Carvalho, secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

AÇÕES PRIORITÁRIAS NOS DOIS EIXOS DA AGENDA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA



ECONOMIA BRASILEIRA DEVE CRESCER MENOS QUE A DE OUTROS EMERGENTES EM 2018



* Ministério da Fazenda estima crescimento de até 3%

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro de 2017

MEDIDAS NÃO TARIFÁRIAS

Mas o avanço no comércio internacional inclui medidas para facilitar a promoção comercial, a redução da burocracia, melhorias na logística e infraestrutura de comércio exterior e medidas de defesa comercial, ressaltava Heitor Klein, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados). “Não podemos confundir proteção à indústria local com protecionismo do mercado. O protecionismo é uma forma de ocultar mazelas e promover a falta de competitividade. E a proteção da indústria local tem uma legislação internacional que não podemos ter medo de usar”, afirma Klein.

Conforme a *Agenda Internacional 2018* da CNI, as medidas de defesa comercial são essenciais e legítimas para neutralizar distorções decorrentes de práticas desleais e garantir um comércio justo, conforme previsto em normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e na legislação interna. Tema listado como prioridade na agenda, a defesa comercial não deve ser confundida com práticas protecionistas e tampouco é a causa da baixa integração internacional do Brasil, já que as medidas aplicadas pelo país atingem apenas 1% das importações, diz o documento.

Em um contexto de maior integração do Brasil ao mundo e maior intensidade

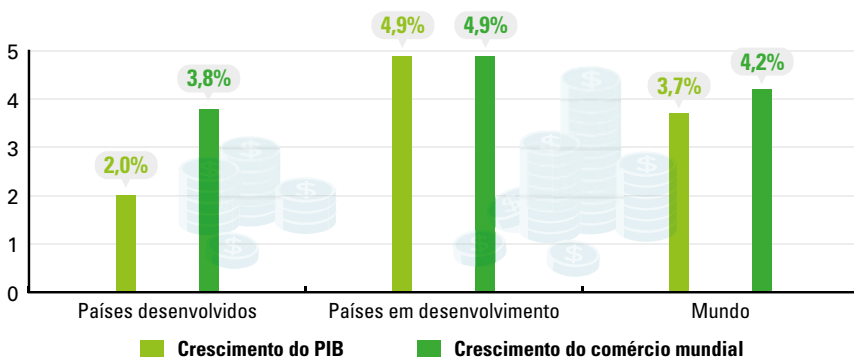
em negociações de acordos comerciais, diz Abijaodi, a existência de mecanismos de defesa comercial e, principalmente, a garantia efetiva do seu funcionamento, é essencial para maior engajamento do setor industrial na liberalização comercial. Nesse sentido, é necessário dar apoio aos empresários para realizar um diagnóstico e propor melhorias no processo de comunicação entre os órgãos do governo brasileiro envolvidos no sistema de defesa comercial durante a abertura de investigação contra exportadores do país.

INVESTIGAÇÃO ANTIDUMPING

É preciso, ainda, garantir maior segurança jurídica nas investigações de processos antidumping, evitando e reduzindo divergências entre os órgãos de governo que compõem a Camex sobre, por exemplo, o caráter vinculante ou não das recomendações técnicas do Departamento de Defesa Comercial (Decom) nas investigações de defesa comercial. Ainda nessa área, a CNI defende que o governo acompanhe e dê publicidade ao setor industrial brasileiro dos desdobramentos da disputa na OMC entre China, de um lado, e Estados Unidos e UE, de outro, e suas implicações para a metodologia adotada pela autoridade investigadora do Brasil.

PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO DEVEM CRESCER 4,9% EM 2018, SEGUNDO FMI

Estimativa de crescimento da economia e do comércio mundiais em 2018



Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro de 2017

Conforme análise apresentada na *Agenda Internacional da Indústria*, as barreiras ao comércio e aos investimentos estão se tornando cada vez mais sofisticadas e difíceis de serem identificadas. O esforço contínuo de identificação, sensibilização, capacitação, monitoramento e gestão para superação das barreiras é essencial para o acesso a mercados de bens, serviços e investimentos brasileiros.

De um lado, as barreiras tarifárias estão sendo reduzidas gradualmente por meio de acordos comerciais, embora ainda existam tarifas significativas em diversos mercados, principalmente para bens agrícolas. De outro lado, as barreiras não tarifárias seguem o fluxo contrário, com aumento em número e tipo, com destaque para impedimentos relacionados à sustentabilidade.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) estimou que apenas as barreiras técnicas e medidas sanitárias e fitosanitárias já reduzem em cerca de 14% as exportações brasileiras. A diversidade das barreiras ao comércio e aos investimentos abrange a competência de diferentes órgãos do governo brasileiro. Desse modo, para que, de fato, haja uma estratégia nacional para identificação, monitoramento e superação desses entraves, é fundamental maior coordenação intergovernamental.

Eduardo Leão, diretor-executivo da União da Indústria da Cana de Açúcar (UNICA), diz que, no caso do setor, cuja exportação é basicamente de etanol e açúcar, essa identificação de entraves é fundamental. “Temos, de um lado, barreiras significativas em diversos mercados e também produtores que subsidiam suas exportações. No ano passado, por exemplo, a Tailândia mudou suas regras para o regime de produção de açúcar após o Brasil ameaçar recorrer à OMC”, comenta o representante.

Segundo Renato Jardim, da ABIT, “no que se refere às barreiras não tarifárias, o governo brasileiro, com o apoio da CNI e das entidades setoriais, está trabalhando em sistemas de monitoramento e tratamento, quando necessário”. Assim, diz ele, “temos que

permanentemente acompanhar as medidas que são aplicadas pelos países de destino de nossas exportações para mantermos o sistema atualizado e, principalmente, para atuarmos juntamente com o governo a suspensão ou a adequação dessas medidas, sempre e quando necessário”.

COMUNICAÇÃO COM EMPRESAS

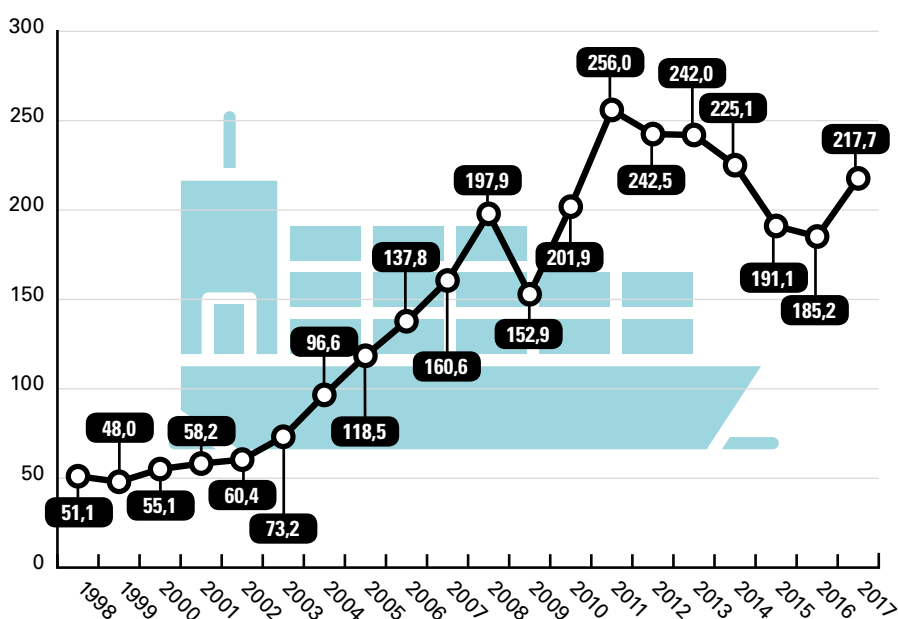
Para Jardim, é preciso também manter um canal permanente de comunicação com as empresas exportadoras para que elas conheçam as barreiras existentes sobre seus produtos, capacitando-as para o cumprimento das exigências de forma a evitar problemas e prejuízos em suas operações.

A *Agenda Internacional da Indústria* destaca ainda a questão da tributação no comércio exterior, que tem impacto direto sobre a competitividade das empresas, tanto pela carga tributária quanto pelos procedimentos aduaneiros. A alta carga tributária e a burocracia excessiva são entraves à competitividade, pois geram custos, insegurança jurídica e oneram o preço final dos produtos e serviços nos mercados externos.

“É impossível ser competitivo no mercado internacional exportando tributos. Os maiores exportadores do mundo buscam desonerar suas vendas externas naquilo que é permitido pelas regras internacionais de comércio. O Brasil também conta com leis que evitam a oneração dos produtos exportados, mas o sistema tributário, complexo e caro, acaba levando a uma exportação de tributos que incidem ao longo da cadeia produtiva, ou que incidem indiretamente na produção”, analisa Renato Jardim, da ABIT.

Segundo ele, o Brasil iniciou a execução de uma indispensável agenda de reformas, mas ainda há muito a ser feito. “Avaliações nacionais e internacionais indicam o Brasil nas últimas posições em rankings de competitividade, principalmente naquilo que está relacionado aos fatores sistêmicos de competitividade. Temos que intensificar urgentemente a velocidade e abrangência dessa agenda de reformas, a fim de colocar o país em um patamar minimamente equilibrado com nossos principais concorrentes internacionais. Além disso, não podemos deixar de fazer o dever de casa dentro das empresas”, completa.

NEGOCIAÇÕES PODEM AJUDAR O BRASIL A RECUPERAR SEU NÍVEL DE EXPORTAÇÕES (US\$ BILHÕES)



Fonte: MDIC

ACORDOS VÃO AMPLIAR ACESSO A MERCADO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS E REDUZIR TARIFAS PARA IMPORTANTES SETORES



Canadá



Acordo dará as mesmas condições de acesso ao mercado canadense que os possíveis entendimentos com União Europeia, EUA e México



US\$ 246 bi

é o tamanho do mercado de compras governamentais do Canadá, que estará mais aberto ao Brasil



Redução de tarifas de importação do Brasil para setores como autopeças e produtos químicos



US\$ 500 bi

foram importados pelo Canadá em 2017



Aumento de quotas de importação para carnes



México



0%

deverá ser a alíquota de importação de alguns setores, como o de calçados (hoje com 30%) e o de máquinas e equipamentos (15%)



Prazo: não há estimativa precisa



Até 800 produtos serão incluídos no acordo, sendo que até 400 terão suas tarifas de importação zeradas. Mas prazo para fechamento do texto não pode ser definido ainda



2,6%

das importações mexicanas foram do Brasil em 2017, resultado estável em relação a 2012, quando eram 2,7%



US\$ 60 bi

é tamanho do mercado de compras governamentais no México, que estará mais aberto ao Brasil



1,2%

das importações brasileiras foi do México em 2017, percentual muito menor que em 2007, quando eram 2,0%



Colômbia

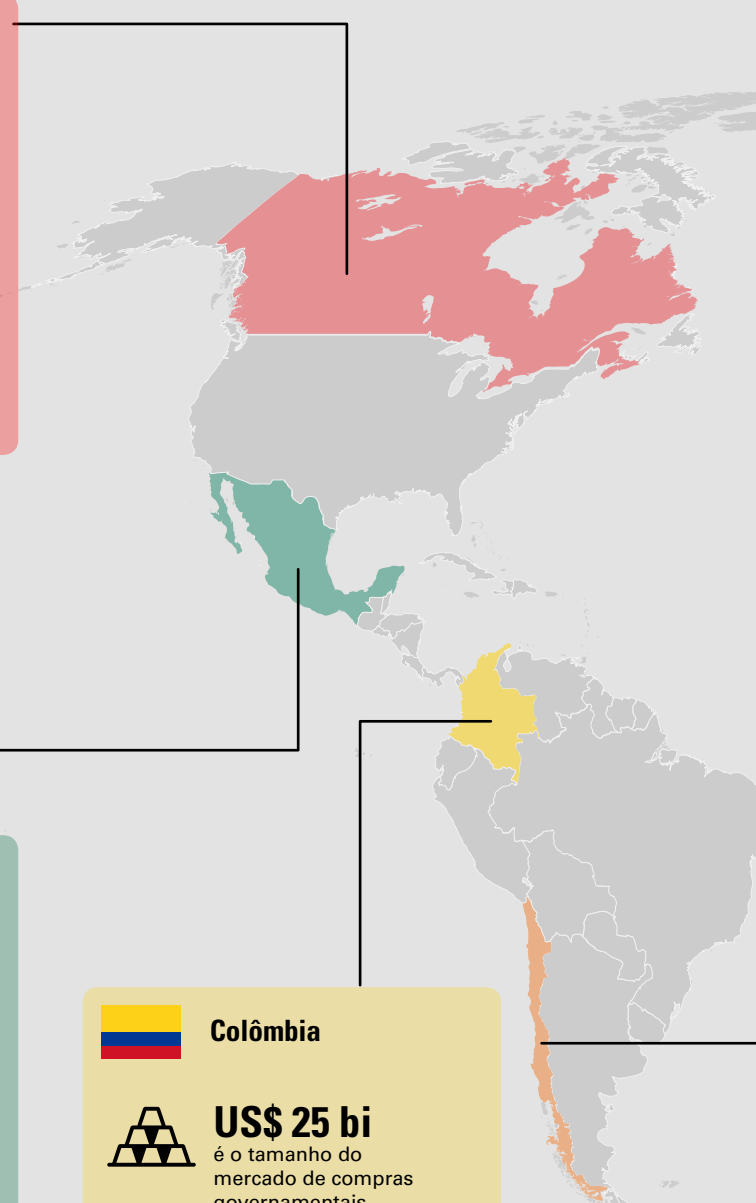


US\$ 25 bi

é o tamanho do mercado de compras governamentais do país, que daria maior acesso aos brasileiros



Prazo: não há estimativa precisa





EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça)



Redução de tarifas de importação para produtos brasileiros como têxteis e vestuário, calçados e equipamentos de transporte



US\$ 85 bi

é o tamanho do mercado de compras governamentais do EFTA, que estará mais aberto ao Brasil



Elevação de quotas de importação para carnes, frango e açúcar



US\$ 350 bi

foi o valor importado pelo bloco em 2017



US\$ 20 bi

é a soma dos investimentos do bloco no Brasil, que podem ser impulsionados com o acordo



União Europeia (negociação do Mercosul)



17%

é a expectativa de redução de tarifas de importação



Agroindústria (especialmente carne, frango, açúcar e etanol) deve ser o setor mais beneficiado



US\$ 1,7 tri

é o tamanho do mercado de compras governamentais



Junho

é para quando se espera ter o acordo fechado

Outras vantagens

- » aumento dos investimentos europeus no Brasil
- » acesso a insumos mais competitivos e mais engajamento em cadeias globais de valor
- » abertura comercial com planejamento, pois tarifas de importação serão reduzidas gradualmente para os setores mais sensíveis



Chile



US\$ 11 bi

é o tamanho do mercado de compras governamentais do país, que daria maior acesso aos brasileiros



Prazo: não há estimativa precisa



No ano passado, Trump já havia cancelado a participação dos EUA no TPP, ambicioso acordo entre países do Pacífico

DECISÕES PROTECIONISTAS DOS EUA TÊM IMPACTOS INCERTOS PARA O BRASIL

INDÚSTRIA BRASILEIRA PODE SER BENEFICIADA PELO AUMENTO DAS IMPORTAÇÕES DE ECONOMIAS NÃO ATINGIDAS PELAS MEDIDAS, MAS EFEITOS GLOBAIS DE NOVO CICLO PROTECIONISTA PODEM PROVOCAR RETRAÇÃO GENERALIZADA DE NEGÓCIOS

A declaração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de que guerras comerciais são boas e fáceis de ganhar, feita no começo de março, um dia depois de anunciar que iria impor uma sobretaxa de 25% às importações norte-americanas de aço e alumínio, indica que uma nova onda de protecionismo comercial pode estar a caminho. Como consequência, o comércio multilateral poderá perder força nos próximos anos.

As sobretaxas deixaram de fora Canadá e México, parceiros dos americanos no NAFTA (sigla em inglês para Tratado de Livre Comércio da América do Norte), Brasil, União Europeia, Austrália, Argentina e Coreia do Sul. Com a exclusão,

anunciada pelo secretário de Comércio Exterior, Robert Lighthizer, ao Comitê de Finanças do Senado dos Estados Unidos, a China será o principal país a ser afetado pela medida.

Em resposta à decisão de Trump, o Ministério do Comércio da China divulgou, no fim de março, que o país planejava tomar medidas contra até US\$ 3 bilhões de importações norte-americanas para equilibrar as tarifas que os Estados Unidos impuseram sobre a compra de aço e alumínio no exterior. O governo chinês elaborou uma lista com 128 produtos que poderiam ser sobretaxados caso os dois países não conseguissem chegar a um acordo em questões comerciais.

A China informou, ainda, que avalia cobrar tarifa de 15% sobre tubos de aço, frutas secas e vinhos e de 25% sobre carne suína e alumínio reciclado dos EUA. Conforme o governo chinês, a medida poderia ser implementada em duas etapas: taxa de 15% sobre 120 produtos, somando US\$ 977 milhões e, depois, uma tarifa de 25%, com impacto de mais US\$ 1,99 bilhão, o que equilibraria as perdas chinesas.

Embora essa decisão de Trump traga riscos para os acordos multilaterais, o Brasil pode ser beneficiado indiretamente. “Essas medidas têm como grande consequência um maior estímulo para acelerar o tratado de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Existe uma abertura maior e uma motivação para um acordo comercial, bem como para o início de conversas entre Mercosul e a Aliança para o Pacífico”, afirmou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, antes de ser informado de que o Brasil seria retirado da lista de países afetados pela medida. A taxa seria ruim para o país que, em 2017, exportou US\$ 2,6 bilhões em aço para os Estados Unidos.

Na mesma linha, Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, diz que pode haver uma piora no comércio global como um todo, uma vez que não se sabe que outras medidas o governo americano pode adotar, mas que o exportador brasileiro pode ser beneficiado. “Um ponto positivo da maneira Trump de fazer comércio exterior é que países como Canadá e México acabam se sentindo forçados a fazer um descolamento da política comercial americana e podem avançar na negociação de acordos com os países do Mercosul, o que também beneficiaria o exportador brasileiro”.

Segundo ele, a sensação de que o discurso protecionista está ganhando força na maior economia do mundo pode fazer com que os demais governos também se sintam obrigados a aumentar barreiras, dificultando que os produtos brasileiros conquistem mercados. Barral afirma, no entanto, que há muita resistência no Congresso americano e todos os governantes, exceto



Foto: Divulgação

Castro (AEB) diz que EUA não querem minar parceiros como o Brasil

Trump, sabem o dano que uma guerra comercial causaria. “O mundo, de forma geral, está se mantendo cauteloso”, afirma o especialista.

EFEITOS INCERTOS

“O impacto vai depender dos detalhes que o governo americano ainda não divulgou. Não se sabe quais produtos serão afetados. Na teoria, a China vai ficar com um excedente de produção e poderá precisar buscar novos mercados para escoar seus produtos. O objetivo é minar a indústria chinesa”, avalia o presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

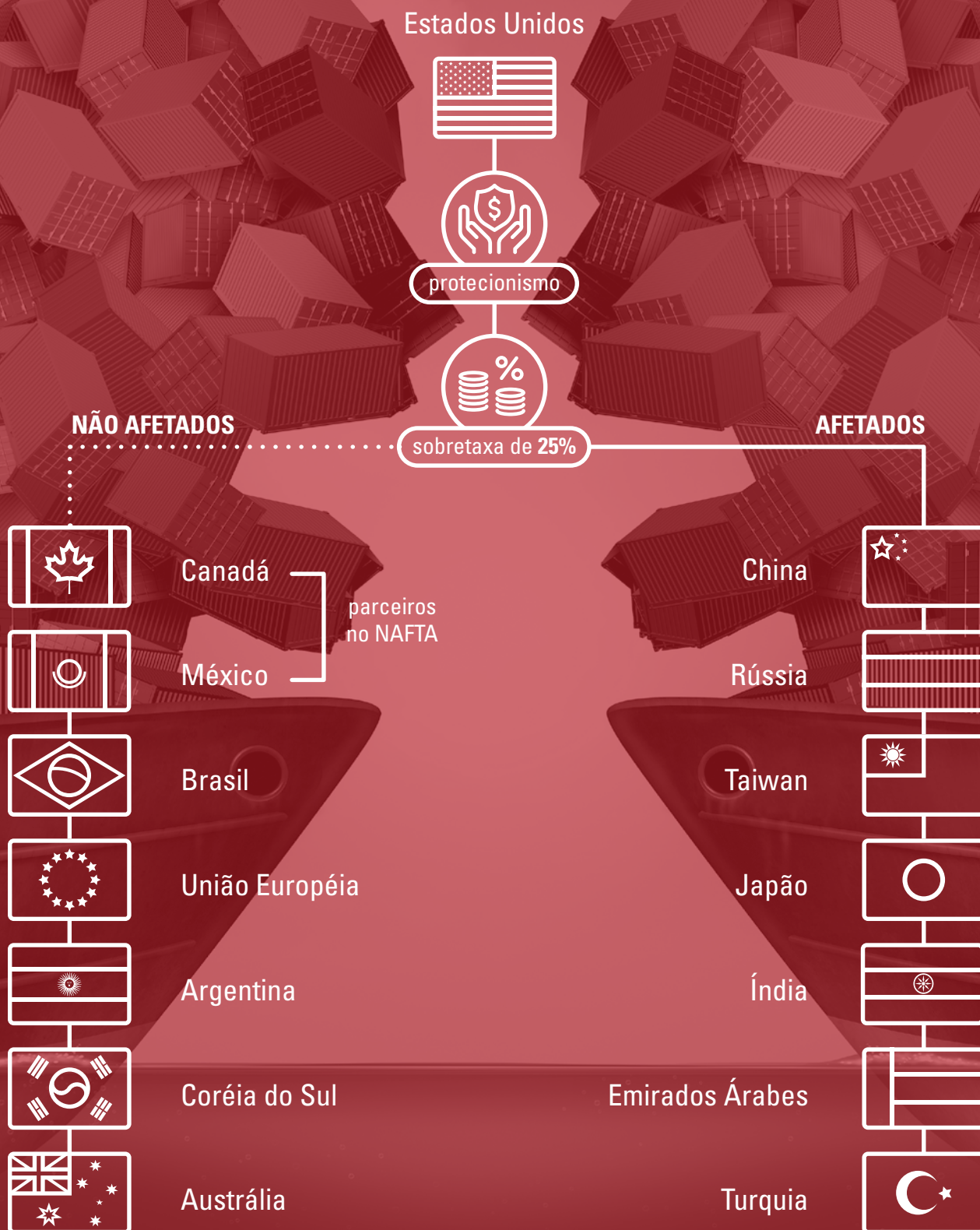
As tarifas foram decretadas pelos EUA sob o argumento da segurança nacional. Trump incluiu a segurança econômica e a sobrevivência da indústria americana de aço e alumínio como um de seus fatores e mencionou, em discurso, que “se você não tem aço, você não tem um país”. Em agosto do ano passado, Trump já havia cancelado, por meio de decreto, a participação dos Estados Unidos no Tratado Transpacífico de Comércio Livre (TPP, na sigla em inglês),

considerado o mais importante acordo internacional assinado pelo ex-presidente Barack Obama.

O TPP tem como objetivo reduzir tarifas e estimular o comércio internacional e foi assinado por outros 11 países: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã. Ainda durante a campanha presidencial, Trump anunciou que adotaria essa medida porque considerava o acordo ruim para os trabalhadores americanos.

Na opinião de Carlos Gustavo Pogio, professor de relações internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), a decisão de Trump vai atingir outros segmentos industriais de maneira indireta. Segundo ele, as indústrias que usam aço, como a de automóveis, empregam mais de 5 milhões de pessoas. “Um país começa aumentando as tarifas, achando que está fazendo isso de forma individual, e outros países respondem da mesma forma, o que acaba num mundo muito mais protecionista. Vivemos um período de retrocesso em termos de globalização”, diz o professor.

A GUERRA DO AÇO E DO ALUMÍNIO



Fonte: Departamento de Comércio Exterior dos Estados Unidos

HÁ ESPAÇO PARA MAIOR INTEGRAÇÃO COM O MÉXICO

ACORDOS COM O BRASIL E NEGOCIAÇÕES COM O MERCOSUL PODEM ESTREITAR PARCERIA COMERCIAL, DIZ EMBAIXADOR SALVADOR ARRIOLA

Renovado no ano passado, o acordo comercial entre Brasil e México para o setor automotivo pode ser o caminho para avançar em direção ao livre comércio entre os dois países, incluindo o Mercosul, avalia o embaixador do México no Brasil, Salvador Arriola. “Uma área de livre comércio é sempre uma opção que aparece no horizonte dos processos de integração regional e sub-regional”, afirma o embaixador. Em 2017, as exportações brasileiras para o México somaram US\$ 4,5 bilhões, com crescimento em relação a 2016, quando ficaram em US\$ 3,8 bilhões.

Como o senhor avalia a possibilidade da criação de uma área de livre comércio entre o México e o Mercosul?

Uma área de livre comércio é sempre uma opção que aparece no horizonte dos processos de integração regional e sub-regional. Os países do Mercosul têm, como bloco, acordos comerciais com os países da Aliança do Pacífico. Entre esses acordos se destacam, pelo elevado grau de desgravação tarifária, os assinados entre o Mercosul e o Chile, com 100% de desgravação, com

o Peru, que terá 99% de desgravação em 2019, e com a Colômbia, que atingirá 97% de liberalização do universo tarifário em 2018.

Falta muito para que um acordo como esse se celebre com o México?

Entre o Mercosul e o México ainda temos um caminho para avançar rumo à liberalização do comércio. Por exemplo, o México tem acordos bilaterais com cada um dos membros do Mercosul, mas somente um desses acordos é de livre comércio, com o Uruguai. Os demais são acordos de complementação econômica. No caso do Brasil, o acordo abrange somente 12% da corrente de comércio bilateral.

Ainda assim, na última década, o México se tornou o quarto maior destino de investimentos de empresas brasileiras, alcançando US\$ 3,9 bilhões, e o Brasil se tornou o segundo maior destino dos investimentos mexicanos. Quais as perspectivas para os próximos anos?

As perspectivas para os investimentos brasileiros no México são boas, pois a economia mexicana crescerá a um bom

ritmo em 2018. Infraestrutura, manufaturas, agronegócio e desenvolvimento de software são setores onde o México seguirá oferecendo boas oportunidades de investimento nos próximos anos. O efeito direto de um avanço na negociação comercial oferecerá maiores perspectivas para o aumento dos investimentos entre os dois países.

Há espaço para o Brasil ampliar a exportação de produtos industriais para o México. Em quais produtos o país teria interesse?

Entre os principais produtos que o México importa estão máquinas automáticas para tratamento ou processamento de dados, celulares e aparelhos de transmissão ou recepção de voz, imagem e outros dados, e máquinas e aparelhos de escritório, entre outros itens. O Brasil poderia exportar alguns destes produtos para o México, não necessariamente acabados, e também poderia exportar partes e peças dos produtos antes mencionados. Pode ser ainda um fornecedor importante para as cadeias produtivas da indústria automotiva e da indústria aeroespacial do México, exportando e inclusive



Foto: Embaixada do México

Diplomata diz que há razões para otimismo sobre as negociações, que podem beneficiar quase 800 produtos brasileiros

integrando-se a esses setores por meio da exportação de mercadorias para a montagem ou fabricação de aeronaves ou aeropeças e componentes ou peças para montagem de automóveis.

Qual é a sua opinião sobre as recentes medidas de proteção comercial adotadas pelos Estados Unidos?

Essas medidas poderiam afetar negativamente o multilateralismo, a integração e a desregulamentação que a maioria dos países apoiam para incrementar e facilitar o comércio internacional. Devemos todos defender o fortalecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em janeiro, Brasil e México renovaram o acordo automotivo. O que mais pode ser feito para ampliar essa aproximação comercial?

O Acordo de Complementação Econômica nº 55 entre o México e o Mercosul está vigente desde 2003 e envolve o comércio no setor automotivo e de autopeças. Os compromissos específicos com o Brasil encontram-se no Apêndice II desse acordo. Originalmente, esse instrumento estabelecia o livre comércio, mas a partir de negociações foram definidas quotas de exportação crescentes e livres de tarifa para o comércio de veículos ligeiros, desde março de 2015 até 19 de março de 2019. Também se concordou em manter a regra de origem em autopeças e veículos ligeiros em 35% para atingir 40% em 2019, o que permitirá fomentar uma maior integração produtiva. Portanto, o acordo automotivo entre o Brasil e o México pode ser ampliado nesse sentido. É importante manter e, se as condições permitem, aprimorar os níveis de desgravação e de integração.

Além disso, os dois países possuem um acordo de complementação econômica que contempla 796 produtos, com tarifa zero para 20% deles. Há como ampliar o número de produtos aqui?

O Acordo de Complementação Econômica nº 53 entre o Brasil e o México foi assinado em 2002 e entrou em vigor em 2003. Ele estabelece preferências fixas recíprocas com margens idênticas para um conjunto de 796 posições tarifárias. As margens de preferência negociadas estão entre 20% e 100%. No entanto, para a maior parte das mercadorias incluídas no acordo, as preferências não superam 50%. Acredito que tenhamos um conjunto muito amplo de produtos que poderiam ser beneficiados com preferências acima desses 50%, podendo até chegar ao máximo de 100%.

ACORDOS CONECTARÃO PRODUÇÃO BRASILEIRA COM O RESTO DO MUNDO

INDÚSTRIA BRASILEIRA ESTARÁ MAIS EXPOSTA A CONCORRENTES GLOBAIS, MAS ESSA ABERTURA SERÁ GRADUAL, DIZ SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR ABRÃO NETO

Os acordos comerciais em negociação poderão aumentar a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor, afirma Abrão Neto, secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). “A dinâmica da redução tarifária por meio de acordos comerciais assegura contrapartidas importantes como, por exemplo, a diminuição das tarifas de produtos da pauta exportadora brasileira no país de destino, o tratamento de barreiras não tarifárias e a definição de regras de origem que fomentem a integração produtiva do Brasil ao mundo”, avalia ele.

Qual é a extensão das negociações comerciais em andamento atualmente?

O Brasil passa por um processo ativo de abertura e integração comercial, por meio de acordos de acesso a mercados de bens e serviços, mas também por meio da negociação de disciplinas não tarifárias, como facilitação de comércio, barreiras técnicas, compras governamentais e investimentos.

O governo brasileiro firmou acordos de livre comércio com praticamente todos os países da América Latina e vem rapidamente expandindo sua rede de negociações com os parceiros de fora da região. Destacam-se as negociações comerciais em curso com a União Europeia, a EFTA (sigla em inglês da Associação Europeia de Livre Comércio) e o Canadá. Somente esses três parceiros comerciais representaram, conjuntamente, quase 20% das nossas exportações em 2017. O Brasil está igualmente envolvido na ampliação dos acordos com a Índia e com o México e busca, em conjunto com o Mercosul, o início de negociações com Coreia, Marrocos e Tunísia, entre outros países.

Quais setores poderão ser beneficiados?

A maior integração comercial do Brasil proporcionará melhor acesso aos produtos e serviços brasileiros no exterior e ampliará a escala de produção no país. Conferirá maior previsibilidade às relações comerciais com os parceiros em questão e permitirá reduzir barreiras

tarifárias e não tarifárias às nossas exportações. Também significará acesso mais competitivo por parte do setor produtivo nacional a insumos, bens intermediários, tecnologias e serviços estratégicos. A conclusão desses acordos atrairá mais investimentos para o Brasil, que fortalecerá sua posição como plataforma de exportações para a região. Da mesma forma, fomentará o processo de internacionalização de empresas brasileiras e o crescimento dos investimentos brasileiros no exterior. Por outro lado, é preciso reconhecer que os referidos acordos representarão um considerável desafio à indústria brasileira na medida em que aumentará sua exposição à concorrência de uma importante rede de *players* globais.

Isso será feito gradualmente?

O Brasil tem buscado assegurar prazos responsáveis e regras equilibradas para a abertura do nosso mercado, que permitam a adequada e gradual adaptação do setor produtivo e dos trabalhadores brasileiros à nova realidade, bem como



Foto: Washington Costa

Segundo Abrão Neto, o governo está atento a barreiras impostas às exportações brasileiras num cenário mais competitivo

para a conclusão das reformas necessárias para reduzir os custos produtivos, aprimorar o ambiente de negócios e ampliar as condições de produtividade no Brasil. A maior abertura comercial e a realização dessas reformas internas devem ser vistas como movimentos concomitantes que se reforçam e complementam mutuamente.

O que ainda pode ser feito para desburocratizar o comércio exterior?

A principal reforma estruturante em curso no Brasil na área de comércio exterior é a desburocratização e facilitação de comércio, que busca reduzir os custos e os prazos envolvidos nas operações de exportação e importação brasileiras. Para isso, a mais importante iniciativa em curso é o programa *Portal Único de Comércio Exterior*, que consiste em ampla modernização e reformulação dos processos envolvidos nas vendas e compras internacionais, para que se tornem mais integrados e, assim, mais eficientes. O *Portal Único* está em ritmo avançado de implementação, com o

Novo Processo de Exportações já totalmente em funcionamento e o de importações em construção.

Como resolver os problemas das barreiras comerciais em terceiros mercados?

Os acordos comerciais têm papel relevante no esforço de superação de barreiras comerciais às exportações brasileiras na medida em que permitem definir regras mais claras e previsíveis, bem como discutir a remoção de entraves tarifários e não tarifários concretos. Outro pilar importante da atuação em relação a barreiras comerciais envolve as gestões entre governos, com suporte do setor privado afetado. Nesse sentido, o governo brasileiro recentemente lançou o *Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações Brasileiras*, também conhecido como *SEM Barreiras*. É uma ferramenta online para comunicação por parte do setor produtivo e de outros interessados de barreiras impostas às exportações brasileiras. Trata-se de um instrumento que estreitará ainda mais a cooperação e a transparência nas

interações entre governo e sociedade no sentido de remover barreiras comerciais às exportações brasileiras de bens, serviços e investimentos, ou reduzir os seus efeitos negativos.

Do ponto de vista da defesa comercial, o que pode ser feito para ganhar mais agilidade na proteção à indústria nacional?

O ministério tem empreendido esforço contínuo de aprimoramento e modernização do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial, com o objetivo de aumentar a agilidade, transparência, qualidade e eficácia na aplicação de medidas para neutralizar os efeitos danosos de práticas desleais de comércio. Após a atualização do Regulamento Antidumping, em 2013, elaboramos o novo regulamento de subsídios e medidas compensatórias, o qual se encontra maduro para publicação. Lançamos, ainda, consulta pública que visa à atualização do regulamento de salvaguardas, cujo prazo para apresentação de sugestões se encerrou em fevereiro deste ano.



Foto: Marcos Campos

SENAI INAUGURA INSTITUTO DE INOVAÇÃO EM SISTEMAS EMBARCADOS

A indústria ganhou novo aliado para aumento de competitividade, promoção da segurança do trabalhador, inovação e desenvolvimento de novas tecnologias. Em março foi inaugurado, em Florianópolis-SC, o Instituto da Indústria, que sedia o Instituto SENAI de Inovação em Sistemas Embarcados e o Centro de Inovação SESI em Tecnologia para a Saúde. O Instituto da Indústria oferece soluções em sistemas embarcados e ciberfísicos para apoiar empresas a migrar de processos produtivos convencionais para a conectividade da Indústria 4.0.

CONHECENDO A INDÚSTRIA LEVA REPRESENTANTES DO SETOR PÚBLICO A MANAUS

O Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Amazonas promoveram, em abril, uma visita técnica de representantes do setor público ao estado. Por meio do programa *Conhecendo a Indústria*, o grupo visitará o chão de fábrica de empresas, o barco-escola Samaúma II, a Creche Dr. Francisco Garcia, além de unidades do Sesi e do SENAI. A iniciativa, promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), visa a apresentar modelos de gestão, inovação e transparência do Sistema Indústria, além de ações educacionais e de capacitação.



Foto: Heider Betzel

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA IMERSÃO EM ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO

Em maio, será realizada a 8ª edição do *Programa de Imersão em Ecossistemas de Inovação*, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A iniciativa busca aproximar a indústria brasileira das tecnologias mais avançadas dentro e fora do país. Nessa edição, os participantes poderão conhecer unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e Institutos SENAI de Inovação de cinco capitais brasileiras. Em 2018, as demais imersões estão marcadas para Israel (setembro), Itália/Suíça (outubro) e novamente Brasil (novembro).



Foto: Mike Dotta/Shutterstock.com



Foto: José Paulo Lacerda

CNI DEFENDE USO RACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS NO 8º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Durante o 8º Fórum Mundial da Água, a CNI apresentou propostas para o uso eficiente dos recursos hídricos no setor industrial e no país. Na avaliação da instituição, o avanço dessa agenda depende do estímulo ao reuso da água, da universalização do saneamento e da consolidação de uma agenda de negócios voltada para a segurança hídrica. Além de participar do evento, a CNI promoveu o seminário *Water Business Day*, com representantes de empresas e especialistas da área de sustentabilidade.

PREVIDENCIÔMETRO PROJETA ECONOMIA POSSÍVEL COM A REFORMA DO SISTEMA

O Brasil economizaria mais de R\$ 870 bilhões até 2027 e teria mais recursos para saúde, educação e infraestrutura se contasse com regras sustentáveis em seu sistema de aposentadorias e pensões. Para evidenciar essa economia, a CNI desenvolveu o Previdenciômetro, que mostrará num contador permanente o valor economizado pelo Brasil caso a reforma tivesse sido aprovada em junho de 2017. No ano passado, o déficit da Previdência atingiu R\$ 269 bilhões. Para a CNI, as mudanças são cruciais para garantir a manutenção do pagamento das aposentadorias, o crescimento da indústria e a estabilidade da economia.



CUSTO DA ENERGIA PODE SER MENOR E SISTEMA, MAIS EFICIENTE

EM DISCUSSÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS
PROMETE MODERNIZAR A MÉDIO PRAZO O MERCADO DE ENERGIA NO BRASIL

*Governistas têm 15 das 35 vagas na Comissão Especial que votará
a proposta de privatização da Eletrobras. Bloco liderado pelo PSDB,
que tem sete assentos, será decisivo para a obtenção de maioria*



Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

A privatização da Eletrobras pode reduzir os custos de energia da indústria brasileira e gerar ganhos de eficiência que beneficiem toda a cadeia produtiva do país. A venda da holding, que controla dezenas de empresas do setor nas áreas de geração, transmissão e distribuição, deve dar mais dinamismo e liberdade à ainda incipiente formação do mercado de energia do país.

Segundo Nelson Fonseca, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

(ABRADEE), “a Eletrobras, por ser uma empresa estatal, possui uma série de amarras que dificultam a competição no mercado. Uma empresa em que você não consegue promover os melhores, não consegue contratar, não consegue demitir, não consegue comprar com a agilidade necessária para fazer investimentos em infraestrutura não tem condições de competir”.

Nelson Fonseca considera que a sociedade vai ganhar com a privatização, pois com uma empresa mais competitiva, haverá uma tendência de transferir

ganhos de eficiência para os clientes. “Os consumidores acabarão sendo beneficiados”, disse o dirigente durante o seminário *Setor Elétrico: Enfrentando os Desafios*, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em março.

No mesmo evento, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, afirmou que a desestatização da Eletrobras é prioridade na agenda estratégica nacional. Segundo ele, “essa operação é muito importante para o país. Uma das razões será receber investimentos necessários sem as amarras do controle público e com a agilidade do setor privado. A privatização também avança na direção de libertar a empresa de possíveis ingerências políticas, que tantos prejuízos já causaram ao Brasil”.

Robson Braga de Andrade observou que a Eletrobras é, hoje, a maior holding do setor elétrico na América Latina e uma das cinco maiores geradoras hidrelétricas do mundo em capacidade instalada. A empresa responde por mais de 30% da geração do Brasil e por 70.000 km de linhas de transmissão. “É preciso recolocar o setor energético nos trilhos da competitividade, para que a energia elétrica volte a ser uma vantagem comparativa da economia brasileira”, enfatizou.

O país enfrenta um momento de incerteza em relação à disponibilidade da energia a preços competitivos a médio e longo prazos. Nesse cenário, o presidente da CNI alertou que não há mais espaço para novos encargos serem acrescidos à tarifa de energia. Ele lembrou que, num passado recente, quase todas as mudanças setoriais aprovadas no Congresso Nacional vieram acompanhadas por novas taxas ou encargos sobre a conta de luz.

Cabe ao Congresso, agora, contribuir de forma diferente para o atri-

moramento do setor de energia. A privatização da Eletrobras está em avaliação na Câmara dos Deputados, que analisa um projeto de lei encaminhado pelo governo federal e reivindicado há anos pelos empresários. A Comissão Especial que estuda a proposta ainda está em fase inicial de trabalhos, mas promete ser palco de debates acalorados e de uma votação apertada. Segundo o relator da comissão, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), “se o governo se empenhar”, é possível aprovar o projeto ainda neste ano.

“O projeto é bom para o cidadão, é bom para o país, vai permitir a reestruturação da empresa e deixá-la mais eficiente, mas para isso é preciso que o governo se esforce. Temos

Já Roberto Wagner Pereira, especialista em setor elétrico da CNI, avalia que há dificuldades na tramitação, devido à resistência de algumas bancadas e alguns parlamentares de Minas Gerais e do Nordeste, e também do bloco oposicionista, mas que o projeto tem uma boa chance de ser aprovado no final do ano, após as eleições.

“A Eletrobras perdeu valor nos últimos anos devido à ingerência, à má gestão e ao uso político. A ideia é que, com a privatização, seja recuperado o valor da empresa, bem como a eficiência na gestão”, diz Pereira. “A CNI apoia a privatização. Todos os casos de desestatização de empresas foram bem sucedidos e acreditamos que com a Eletrobras não será diferente”, aposta o especialista da confederação.

O governo espera arrecadar R\$ 12,2 bilhões com a privatização da Eletrobras. O poder público deve manter algo entre 40% e 50% das ações da Eletrobras e nenhuma empresa poderá deter mais de 10% das ações. Com a privatização, o governo deixará de gastar pelo menos R\$ 4 bilhões ao ano com investimentos e manutenção da Eletrobras.

Para o governo, além do ganho fiscal, a privatização propiciará novos investimentos em infraestrutura, inovação e tecnologia. Para o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a privatização da Eletrobras e o novo marco regulatório representam uma janela de oportunidades que pode levar o setor elétrico brasileiro a outro patamar. “Não é só fazer a mudança, é fazer a mudança de forma que todos possam fazer a travessia. Queremos aprimorar e entregar ao consumidor energia de qualidade a preço competitivo”, afirmou Coelho Filho durante o evento da CNI.

“Não é só fazer a mudança, é fazer a mudança de forma que todos possam fazer a travessia. Queremos aprimorar e entregar ao consumidor energia de qualidade a preço competitivo.”

Francisco Coelho Filho, ministro de Minas e Energia

plenas condições de aprovar o projeto este ano, mas a base precisa estar coesa para superar algumas resistências à proposta”, afirmou.

A bancada governista tem 15 vagas na comissão. A oposição tem 10 cadeiras. O grupo independente formado por PSDB, PSB e PPS tem sete vagas e seu comportamento deve ser decisivo na votação. Para Aleluia, a correlação de forças na comissão não é um problema. Segundo ele, o governo tem força para aprovar o projeto. “É um problema mais de presença. Se o governo atuar, teremos os votos necessários”.

OS PRINCIPAIS NÚMEROS DA ELETROBRAS



114
usinas
termoelétricas
gás natural,
óleo e carvão



47
usinas
hidrelétricas



2
usinas
termonucleares



1
usina
solar



69
usinas
eólicas

70.000 km
de linhas de
transmissão



AGENDA JURÍDICA DA CNI CRIA “RÉGUA DO TEMPO” PARA MEDIR DEMORA DE JULGAMENTOS NO STF

PARA A INDÚSTRIA, A FALTA DE CELERIDADE NO TRÂMITE DAS AÇÕES GERA INSEGURANÇA JURÍDICA E TEM IMPACTO SOBRE A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Foto: Ostill/Shutterstock.com

A terceira edição da Agenda Jurídica da Indústria, que acaba de ser lançada, detalha as 99 ações de interesse do setor industrial que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF). Neste ano, a Agenda traz a “régua do tempo”, que revela o prazo que cada ação aguarda para ser julgada. “Partimos da premissa de que decisões judiciais céleres celebram a segurança jurídica”, diz o superintendente jurídico da CNI, Cassio Borges. “Isso é importante para dar segurança aos investidores e aumentar a competitividade das empresas”, acrescenta.

A “régua do tempo” indica os marcos temporais correspondentes à data de início da ação, o tempo máximo que a CNI espera para o julgamento e o prazo médio que o STF leva para julgar as ações. O prazo de três anos é considerado pela CNI como adequado para a avaliação de processos sobre a constitucionalidade das leis. Entretanto, conforme o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente, o prazo médio que o STF leva para julgar as ações é de sete anos e sete meses — mais do que o dobro do tempo razoável.

Cada prazo é representado por uma cor: verde, amarelo e vermelho. A ferramenta recebe a cor verde desde o início da ação até que esta complete três anos. Depois, ganha a cor amarela e segue com ela até que a ação complete sete anos e sete meses. A partir de então, recebe a cor vermelha e assim fica até que a ação seja julgada em definitivo.

Cássio Borges destaca que o objetivo da régua é propiciar uma visão mais fácil e imediata do tempo que as ações de interesse do setor empresarial levam para ser julgadas pelo STF. “Para a CNI, a Agenda Jurídica é uma contribuição importante para a promoção da segurança jurídica e a construção de um ambiente institucional mais favorável ao desenvolvimento do Brasil”, ressalta.

Em diferentes estudos, a CNI aponta que a segurança jurídica é fator-chave de competitividade da indústria. Para o constitucionalista Eduardo Mendonça, esse é um ponto fundamental para

um bom ambiente de confiança para os negócios. “A iniciativa da CNI é louvável, pois comunica ao poder público, em especial ao Poder Judiciário, quais são os gargalos que afetam o desenvolvimento do país. É importante que os magistrados levem isso em conta. Saber onde estão os problemas é o primeiro passo para que os agentes públicos ofereçam soluções para a sociedade”, afirma Mendonça.

Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, a Agenda Jurídica sinaliza a confiança no STF e a expectativa de que processos estratégicos para o país sejam priorizados nos julgamentos. “A CNI confia na capacidade transformadora do STF de tornar o Direito um verdadeiro instrumento de pacificação social, capaz de estimular a retomada do crescimento econômico e social brasileiro”, destaca Robson Andrade.



Foto: José Paulo Lacerda/CNI

Cassio Borges diz que a justiça depende de decisões rápidas

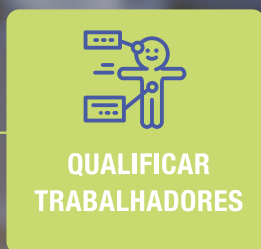
SENAI OFERECE CONSULTORIA RUMO AO MODELO 4.0

INSTITUIÇÃO LANÇA PLATAFORMA ONLINE PARA AUXILIAR EMPRESAS A
AJUSTAREM SEU SISTEMA PRODUTIVO À NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL



CONHEÇA OS 4 PRINCÍPIOS DA CARTA DA INDÚSTRIA 4.0

utilizar técnicas como programação, robótica colaborativa e análise de dados, assim como estimular a criatividade e o empreendedorismo



adotar novos métodos gerenciais e práticas organizacionais, como eficiência energética, produção limpa e manufatura enxuta



implantar fábricas inteligentes, flexíveis e ágeis, conectadas com suas cadeias de fornecimento e com capacidade de customização em massa de seus produtos



utilizar soluções de baixo custo, como sensoramento, Internet das Coisas, computação em nuvem e *big data*

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) lançou uma plataforma na qual os empresários poderão fazer o diagnóstico online do estágio tecnológico de suas empresas. O serviço está disponível em www.senai40.com.br. No primeiro passo, a empresa responde ao questionário disponível no site para que o SENAI avalie as informações num teste de maturidade da indústria.

A avaliação serve de base para a elaboração de um plano individualizado de inserção na indústria 4.0 — termo que define o uso de tecnologias digitais nos processos produtivos. O teste de maturidade e o plano de evolução tecnológica são gratuitos a empresas de todos os portes e setores.

Os empresários interessados no serviço também terão a oportunidade de

participar de workshops e cursos rápidos e gratuitos para entender conceitos, oportunidades e riscos da quarta revolução industrial. “O maior desafio da indústria brasileira é se preparar para as transformações da indústria 4.0. O SENAI está pronto para ser seu principal parceiro nessa trajetória, seja na formação de recursos humanos ou na oferta de serviços técnicos e tecnológicos”, explica Rafael Lucchesi, diretor-geral do SENAI.

Neste ano, a entidade vai oferecer, ainda, 11 cursos de aperfeiçoamento para qualificar os profissionais que vão trabalhar com tecnologias da indústria 4.0. Os alunos terão conhecimentos introdutórios em temas como inteligência artificial, *big data*, Internet das Coisas, segurança cibernética, entre outros.

Além da plataforma e dos cursos gratuitos, também foi recentemente lançada pela CNI a *Carta da Indústria 4.0*, na qual as instituições do Sistema Indústria avaliam que a manufatura avançada é a grande oportunidade de que a indústria brasileira precisa para se tornar mais produtiva e inovadora.

De acordo com o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, a iniciativa busca estimular a atualização tecnológica no Brasil o mais rápido possível. “O Sistema Indústria tem uma preocupação nessa nova fase, que é a 4.0, e alguns já falam em 5.0, que é ajudar a indústria brasileira a se inserir de uma forma muito rápida. As indústrias que vão sobreviver são as que investem em tecnologia e inovação”, afirmou.

MAIS IMPORTADOS NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

COEFICIENTES DE ABERTURA COMERCIAL MOSTRAM PENETRAÇÃO DE ITENS ESTRANGEIROS ENTRE INSUMOS INDUSTRIAIS E NO CONSUMO DE BENS

Foto: Ricardo Almeida/ANPr

A recuperação do consumo das famílias, no ano passado, contribuiu para a retomada da atividade industrial. Com o aumento da demanda interna, somada à apreciação do real, uma parcela maior do consumo doméstico acabou sendo atendida por produtos importados. Segundo o estudo *Coefficientes de Abertura Comercial*, a participação de importados na produção da indústria chegou a 17% — a preços constantes, o que exclui os efeitos das variações de preço —, na comparação com os 16,4% de 2016, primeira alta no indicador após três anos consecutivos de queda.

Em outras palavras, de cada cem produtos vendidos no mercado doméstico em 2017, 17 foram produzidos fora do Brasil, como mostra o coeficiente de penetração das importações. O estudo também aponta alta na participação de produtos importados entre os insumos utilizados pela indústria de transformação. Segundo o coeficiente de insumos importados, essa parcela cresceu para

23,5%, frente aos 22,5% de 2016, revertendo a tendência de queda no indicador que vinha sendo observada desde 2014.

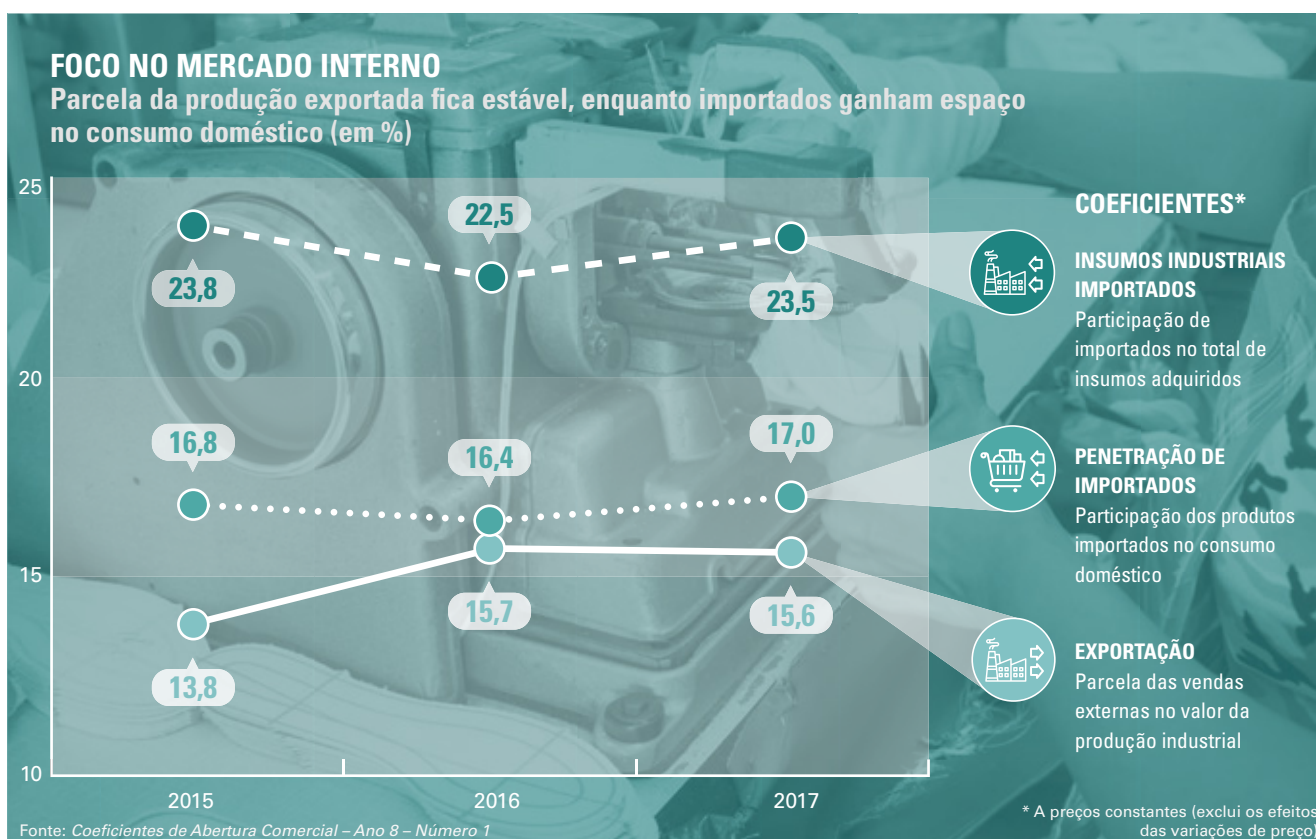
DESTAQUES

Quando analisa o comportamento da indústria de transformação, o estudo mostra que, em 16 dos 23 setores, houve alta na participação dos importados nas vendas para o mercado brasileiro. Os destaques ficaram por conta dos setores de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, com alta de 6,9 pontos percentuais no indicador; e de farmoquímicos e farmacêuticos, alta de 3,0 pontos frente a 2016. Na contramão, os setores de outros equipamentos de transporte, com expressiva queda de 15,9 pontos na importação, e o de máquinas e equipamentos, com redução de 3,2 pontos, elevaram as fatias de produtos nacionais nas vendas ao mercado doméstico.

O consumo interno em elevação e a valorização do real frente ao dólar — com

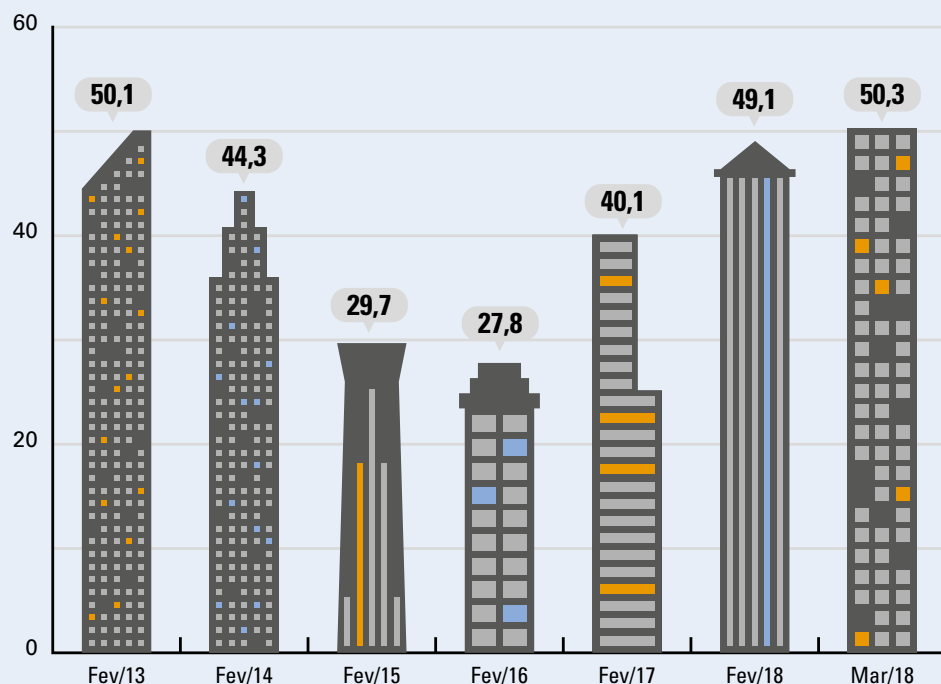
a consequente perda de competitividade no mercado mundial — também afetaram o comportamento das exportações. Diante desse cenário, os produtos brasileiros vendidos no mercado externo interromperam a trajetória de alta dos anos anteriores frente à produção total da indústria. Em 2017, o coeficiente de exportação ficou relativamente estável: 15,6%, diante dos 15,7% de 2016.

O comportamento dos coeficientes de abertura comercial do Brasil mostra que a indústria brasileira permanece com foco no mercado doméstico. O estudo constata que a trajetória de aumento das vendas externas da indústria perdeu ritmo e registrou alta menos intensa: de 6,6% em 2016, a taxa anual caiu para 2,3% no ano passado. Além disso, o aumento na compra de insumos importados sinaliza um aumento da importância do consumo nacional para a indústria brasileira, mostrando que a integração do setor ao comércio internacional está se dando mais pelo lado da importação do que pelo da exportação.



Cenário atual afasta pessimismo no setor

Pela primeira em cinco anos, situação presente anima empresário da construção



Fonte: Sondagem Indústria da Construção – Ano 9 – Número 2 – Fevereiro 2018

OTIMISMO DISCRETO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

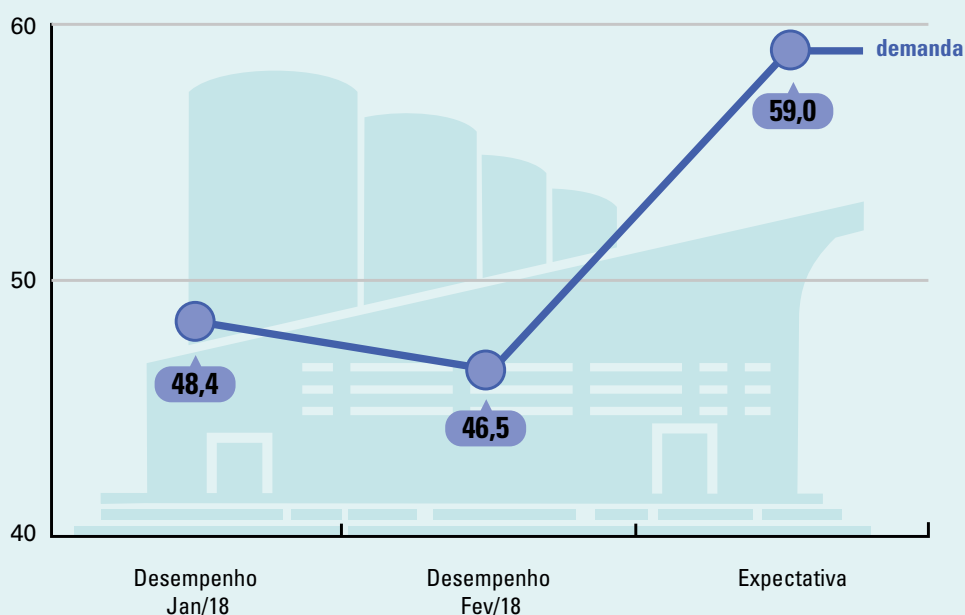
Pela primeira vez, desde 2013, o empresário da indústria da construção demonstrou otimismo com o cenário presente para o setor. Em março, o *Índice de Confiança do Empresário da Construção* (ICEI- Construção) marcou 50,3 pontos, superando a linha divisória de 50 pontos e indicando que as condições correntes de negócio pararam de piorar. Apesar do ânimo renovado, o desempenho do setor permanece negativo, ainda que em menor medida. No mês, o nível de atividade ficou em 46,2 pontos e o de número de empregados, em 44,1 pontos, mostrando que os indicadores estão caindo com menos intensidade, mas ainda assim continuam no vermelho.

SONDAGEM INDUSTRIAL APONTA EXPANSÃO DA DEMANDA

Com a economia se recuperando lentamente, os empresários da indústria esperam que os próximos seis meses sejam de aumento da demanda e de recuperação do emprego. Segundo a *Sondagem Industrial*, em março, o indicador de expectativa de demanda ficou em 59 pontos e o de número de empregados, em 51,4 pontos. Indicadores acima de 50 pontos sugerem cenário positivo. Abaixo desse nível, indicam contexto negativo. Apesar da perspectiva de expansão da atividade, o mês de fevereiro marcou nova retração na atividade industrial. Na comparação com janeiro, o índice de produção caiu de 48,4 pontos para 46,5 pontos e a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) caiu 1 p.p., para 64%.

Desempenho atual e expectativas de melhora

Apesar da retração em fevereiro, expectativas são positivas para próximos seis meses

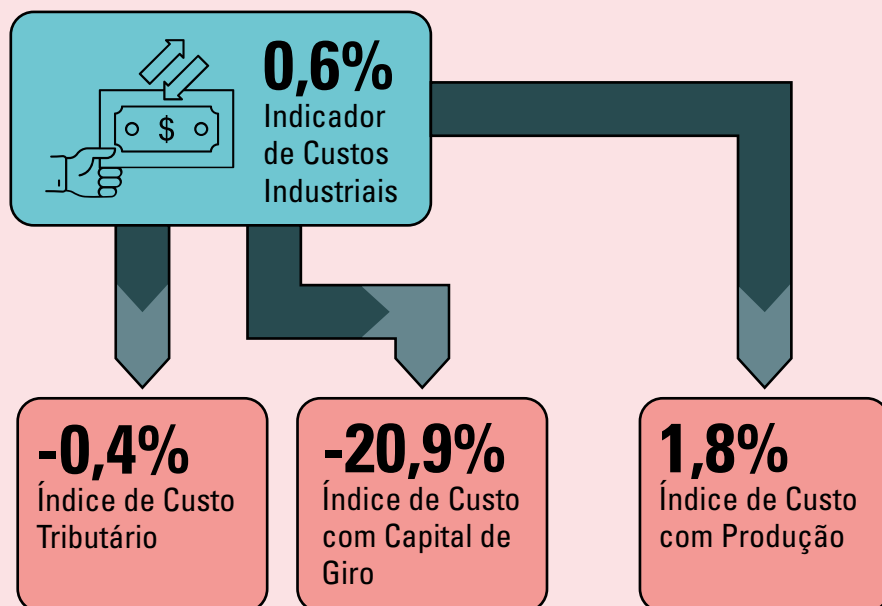


Obs: Os índices variam de zero a cem pontos. Quando estão abaixo de 50 pontos indicam queda e acima crescimento.

Fonte: Sondagem Industrial – Ano 21 – Número 2 – Fevereiro 2018

Variação média em relação a 2016

2018 começa com aumento de custos de produção



Fonte: Indicador de Custos Industriais – Ano 6 – Número 4 – Out/Dez 2017

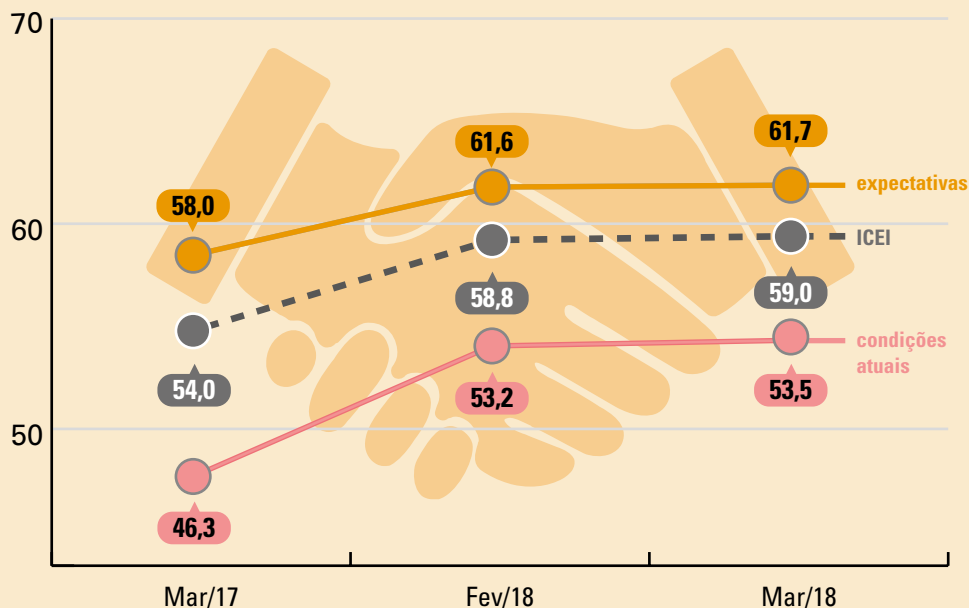
CUSTOS DA INDÚSTRIA TÊM LEVE ALTA EM 2017

O Indicador de Custos Industriais cresceu 0,6%, na média de 2017, na comparação com o ano interior. Essa variação representa a segunda menor da série histórica – em 2009, houve retração de 1,9% nos custos – e decorre do crescimento, em menor ritmo, dos custos com pessoal, com energia e com intermediários domésticos e importados e do capital de giro. Na contramão, as finanças da indústria tiveram alívio, com quedas no custo tributário (-0,4%) e no capital de giro (-20,9%), este último resultante das sucessivas quedas na taxa SELIC, ao longo do ano passado.

ICEI: CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO PERMANECE ELEVADA

A confiança do empresário seguiu em patamar elevado. Em março, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) mostrou avaliação positiva em relação à situação presente para os negócios (53,5 pontos) e em relação aos próximos seis meses (61,7 pontos). Com isso, o ICEI registrou 59 pontos, crescimento de 0,2 ponto frente a fevereiro e acima da média histórica de 54,2 pontos. Além disso, o indicador apresenta uma melhora significativa em relação ao cenário de março de 2017, quando o ICEI estava em 54 pontos.

Cenário positivo no presente e no curto prazo



Obs: Os índices variam de zero a cem pontos. Quando estão acima de 50, indicam empresários confiantes.

Fonte: ICEI – Ano 20 – Número 3 – Março 2018

FEDERAÇÃO DO ACRE LIDERA VISITA TÉCNICA A OBRAS NA BR-364

Representantes do setor industrial percorrem, pela segunda vez, o trecho entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul (AC) da BR-364 para verificar as condições da rodovia. Liderada pela Federação das Indústrias do Acre (FIEAC), a visita técnica foi realizada em março, com o objetivo de inspecionar o trabalho de recuperação da estrada e propor melhorias para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Para a FIEAC, a iniciativa busca manter a trafegabilidade da estrada e promover o desenvolvimento dos empreendimentos locais.

Foto: Unicom

AERONÁUTICA ESTUDA COOPERAÇÃO COM INSTITUTOS DE INOVAÇÃO DE SC

O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), braço de pesquisa científica e tecnológica da Aeronáutica Brasileira, estuda cooperação com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e os Institutos SENAI de Inovação. O objetivo é potencializar projetos do setor aeroespacial e promover a descentralização de atividades hoje concentradas no Vale do Paraíba (SP). “Vamos fortalecer outros polos para o desenvolvimento do país como um todo”, diz o diretor-geral do DCTA, Tenente Brigadeiro do Ar, Carlos Augusto Oliveira.

Foto: Lucas Rizzi/Shutterstock.com



MINAS GERAIS PROMOVE A CRIAÇÃO DE PADARIA COMUNITÁRIA

Resíduos de cervejarias artesanais serão transformados em insumos para padaria comunitária no município de Nova Lima (MG). Com a Panificadora Comunitária Pão de Malte, moradores da região serão capacitados para a produção de pães e outros produtos, a partir do bagaço do malte. O projeto é fruto de uma parceria entre a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e o Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral (SindBebidasMG). Aprovado no edital *Parcerias Sustentáveis* da AngloGold Ashanti, o projeto terá investimento inicial de R\$ 76,6 mil.

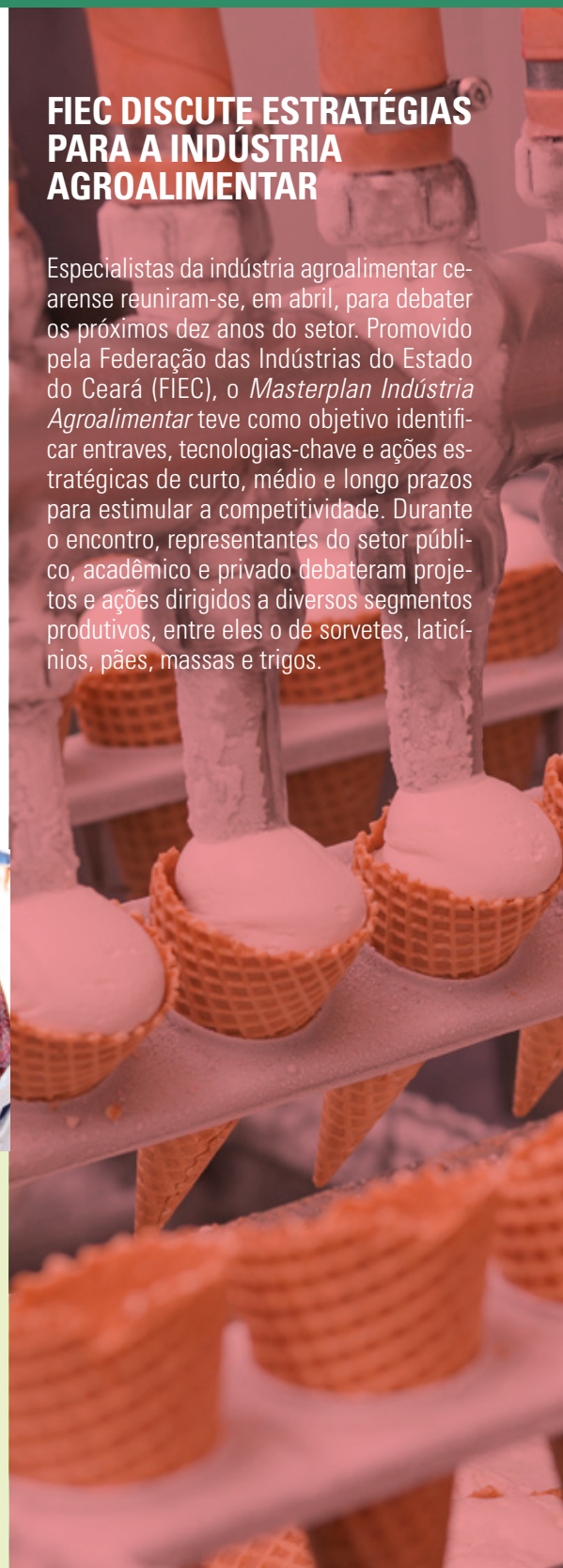


PROJETO MULTIAÇÃO PRESTA SERVIÇOS A MILHARES DE CUIABANOS

No último dia 17 de março, 9.135 cidadãos do bairro Pedra 90, em Cuiabá (MT), receberam assistência médica e social gratuita pelo projeto *Multiação*. Em 2018, nove outras ações serão realizadas em Várzea Grande e na capital mato-grossense para a oferta de serviços de saúde, educação, cidadania, empreendedorismo, cultura e lazer. O *Multiação* é uma iniciativa da Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (FIEMT), da Rede Matogrossense de Televisão e de outros 38 parceiros. Desde 2013, foram mais de 334 mil atendimentos em 50 edições.

FIEC DISCUTE ESTRATÉGIAS PARA A INDÚSTRIA AGROALIMENTAR

Especialistas da indústria agroalimentar cearense reuniram-se, em abril, para debater os próximos dez anos do setor. Promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), o *Masterplan Indústria Agroalimentar* teve como objetivo identificar entraves, tecnologias-chave e ações estratégicas de curto, médio e longo prazos para estimular a competitividade. Durante o encontro, representantes do setor público, acadêmico e privado debateram projetos e ações dirigidos a diversos segmentos produtivos, entre eles o de sorvetes, laticínios, pães, massas e trigos.





INFRAESTRUTURA PREOCUPA MAIS EMPRESÁRIOS BRITÂNICOS QUE BREXIT

Na *Conferência Anual das Câmaras de Comércio Britânicas*, realizada em março, o diretor-geral da instituição, Adam Marshall, afirmou que os maiores desafios do setor produtivo britânico não estão relacionados à saída do Reino Unido da União Europeia, mas a questões domésticas que podem impulsionar o crescimento da economia. Para Marshall, o governo deve focar na melhoria das estradas e dos aeroportos, no fornecimento de habitação e na simplificação do sistema de imigração. “O sucesso muitas vezes depende de começar do básico”, afirmou.

UMA EM CADA TRÊS EMPRESAS NA ÍNDIA DEVE MUDAR SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Trinta e um por cento das empresas da Índia estão reavaliando a compatibilidade entre sua atual estrutura organizacional e a estratégia de negócios e crescimento. Essa é uma das principais conclusões de estudo da Confederação da Indústria Indiana, realizado com mais de 100 organizações locais. Os principais motivadores para a mudança incluem a criação de cultura voltada ao desempenho (49%), o atendimento a demandas de clientes (41%), o apoio a mudanças estratégicas (36%), a mudança no modelo mental dos trabalhadores (34%) e o corte de custos (30%).



Foto: Noppasin Wongchum/Shutterstock.com



INDÚSTRIA AUSTRALIANA DIZ QUE EDUCAÇÃO DEVE SER ALINHADA À REVOLUÇÃO DIGITAL

Instituições de ensino da Austrália precisam se atualizar para ajudar o setor produtivo do país a enfrentar os desafios da revolução digital. Relatório do Grupo de Indústrias Australianas, divulgado em abril, afirma que os sistemas de educação e treinamento devem dar foco ao desenvolvimento de habilidades tecnológicas e de competências gerenciais, como solução de problemas complexos e pensamento crítico. Face ao dinamismo do ambiente de negócios, a indústria também deve estreitar vínculos com instituições de ensino e investir em pesquisa e desenvolvimento.

FEIRA INDUSTRIAL DE HANNOVER TRAZ AS MAIS RECENTES TECNOLOGIAS 4.0

Em abril, a Alemanha irá sediar a principal feira de tecnologia industrial do mundo, a *Hannover Messe International*, onde se pode observar o verdadeiro impacto da indústria 4.0. Com o tema *Indústria Integrada – Conectar e Colaborar*, o evento mostra como a interação entre automação e tecnologia de energia, plataformas de TI e inteligência artificial estão impulsionando a transformação digital da indústria e a criação de novos modelos de negócio. Serão mais de 80 conferências e fóruns e 5 mil expositores internacionais.



Foto: Alexander Tolstykh/Shutterstock.com

CONSTRUÇÃO DE CIDADE INDUSTRIAL CUSTARÁ US\$ 6,6 BILHÕES AO KWAIT

Para diversificar sua base industrial, o Kuwait planeja investir US\$ 6,6 bilhões na construção da Al-Nayeem, cidade industrial inteligente. Até 2021, o governo colocará em funcionamento a infraestrutura, a um custo estimado de US\$ 600 milhões. A expectativa é que o setor privado arque com os outros 90% do investimento. Localizada a 70 km a oeste da capital Kuwait, a cidade terá instalações industriais com tecnologia de ponta, energia solar e prédios inteligentes, além de projetos residenciais e de lazer.





Oitocentos estudantes de todo o país se reuniram em Curitiba para a etapa nacional da disputa que premia o potencial inovador dos jovens brasileiros

Foto: José Paulo Lacerda

TORNEIO DE ROBÓTICA TRAZ SOLUÇÕES INOVADORAS

EQUIPES DE TODO O PAÍS PARTICIPARAM DE COMPETIÇÃO QUE ESTIMULA A INOVAÇÃO E O INTERESSE PELO CONHECIMENTO TÉCNICO E APLICADO, EM EVENTO ORGANIZADO PELO SESI; VENCEDORES REPRESENTARÃO O PAÍS EM TORNEIOS NOS EUA, NA HUNGRIA E NA ESTÔNIA

A capacidade de inovação, o empreendedorismo e o raciocínio lógico de 800 estudantes brasileiros foram desafiados no *Torneio de Robótica FIRST LEGO League (FLL)*. Nesta temporada, batizada de *Hydro Dynamics*, a água foi o tema central. Realizada em Curitiba (PR), entre os dias 16 e 18 de março, a competição instigou os participantes a formular propostas inovadoras sobre como o recurso pode ser encontrado, transportado, usado ou descartado.

Voltada para jovens de 9 a 16 anos, de escolas públicas e privadas, a disputa foi criada pela organização não governamental FIRST, em parceria com o Grupo LEGO, tendo o Serviço Social da Indústria (SESI) como organizador no Brasil. Seu objetivo é despertar o interesse dos

estudantes por áreas de conhecimento ligadas a ciências, matemática e tecnologia no ambiente escolar.

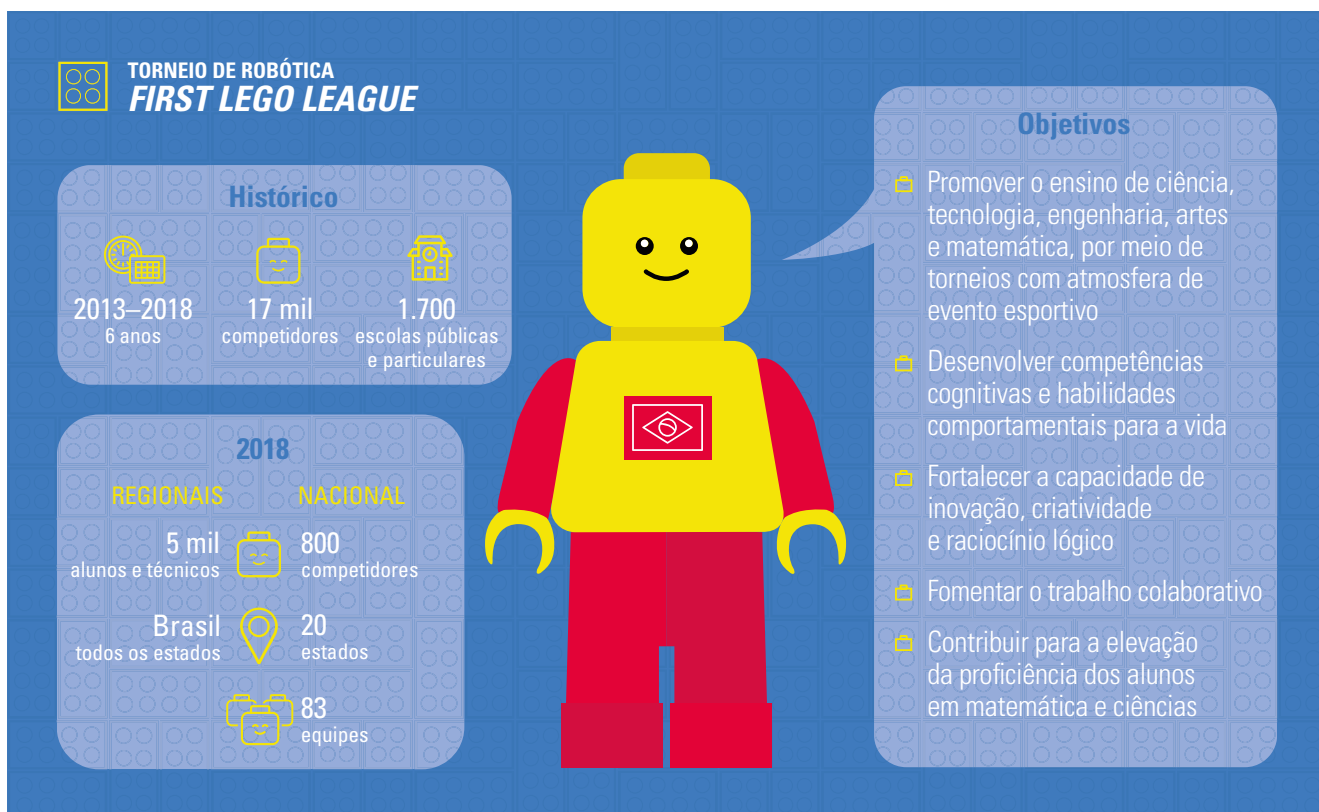
Para o diretor de operações do Sesi, Paulo Mól, a competição vai além da tecnologia. “O Torneio de Robótica contribui para o desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas do mundo real e também prepara os jovens para o futuro, como cidadãos e profissionais, a partir do desenvolvimento de competências e habilidades e do estímulo ao trabalho colaborativo”, afirma.

O gerente da *Legó Education* para a América Latina, Pedro Alejandro Yang, destaca que a robótica nas escolas ensina às crianças os primeiros passos para as carreiras de engenharia e promove o interesse pela ciência e tecnologia em um ambiente de diversão. “No Brasil,

a disputa é mais descontraída que em outros países, e o desempenho dos estudantes acima da média. Os brasileiros sempre conquistam troféus com projetos muito originais”, complementa.

Entre as provas do torneio, um dos pontos altos é o Desafio do Robô. Os estudantes projetam e constroem robôs com peças da tecnologia LEGO MINDS-TORMS para cumprir determinadas missões. São situações reais, simuladas de forma lúdica. Neste ano, os andróides removeram canos quebrados, viraram tampas de bueiro e moveram bombas de água, por exemplo.

Durante a competição, o trabalho em equipe e o *design* dos robôs também somam pontos. Os juízes levam em consideração a quantidade e os tipos de sensores utilizados, o total



de peças e acessórios, a estratégia e a programação.

Também há a prova do projeto de pesquisa – etapa em que cada equipe apresentou uma solução para o uso sustentável da água. Foram propostas inovadoras que envolveram desde a criação de um filtro caseiro a custo zero até o reúso da água na indústria agrícola e a neutralização da contaminação de lençóis freáticos por agrotóxicos.

O esforço dos participantes foi além dos desafios. “Vários projetos desenvolvidos pelas equipes estão em processo de patente. Os times também buscaram investidores no mercado para o desenvolvimento de produtos e apresentaram planos de negócio muito bem elaborados. Tudo isso demonstra ao SESI que o Programa tem um forte viés de empreendedorismo e uma relação relevante com o mundo de trabalho”, destaca a gerente de Projetos Educacionais do SESI, Bárbara Trajano.

Atualmente, as 459 escolas SESI de todo o país (ensino médio e fundamental) ofertam o programa de robótica no

currículo, independentemente de sua participação na disputa. “O investimento do SESI em robótica traz ótimos resultados. Os alunos são destaque na Prova Brasil e, com o trabalho em equipe, levam valores para a vida pessoal e profissional”, reforça Trajano.

PÓDIO

A equipe Thunderbóticos, do SESI de Rio Claro (SP), conquistou o primeiro lugar entre as 83 equipes competidoras. Também subiram ao pódio as equipes Jedi’s, do SESI de Jundiaí (SP), e a Big Bang, do SESI de Birigui (SP), com a segunda e a terceira posições.

Thainá Barros Cardoso, estudante da Thunderbóticos, diz que a conquista foi fruto de união e muito trabalho. “Várias equipes tiveram a oportunidade de vivenciar esse torneio incrível. Todos deram o melhor, mas batalhamos há muito tempo para conseguir esse resultado”, afirma.

O professor de ciências e tecnologia Leonardo Vinícius Santolim, técnico da equipe vencedora, participou de três

temporadas para alcançar o primeiro lugar. Para ele, o resultado foi conquistado com paciência, humildade e resiliência. “Todo ano é difícil. As equipes vêm mais preparadas e o nível aumenta, mas agora o troféu é nosso”, comemora.

As dez equipes mais bem colocadas no Torneio de Robótica poderão representar o Brasil em disputas internacionais, como o *World Festival*, o *FLL Open Europe* e o *FLL Estonia Open*, que serão realizados nos Estados Unidos, na Hungria e na Estônia, respectivamente.

Além das três que subiram ao pódio, foram convidadas as equipes Red Rabbit (SESI Americana/SP), Robotics School (SESI Ourinhos/SP), Lego da Justiça Planalto (SESI Planalto–Goiânia), Fênix (SESI Bauru/SP), Gametech Canaã (SESI Canaã/GO), Biotech (SESI Barra Bonita/SP) e Robocamb (SESI Maceió/AL).

Os quatro melhores projetos de pesquisa também foram indicados para concorrer ao prêmio *Global Innovation*. A disputa reunirá quase 200 equipes de todo o mundo e a melhor solução inovadora mundial ganhará 20 mil dólares.

**SE VOCÊ TEM
VONTADE DE
INOVAR, NOSSA
LIGAÇÃO É FORTE.**

Espalhados de Norte a Sul do país, os Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia são o ponto de partida para aumentar a competitividade da indústria brasileira. Conectando infraestrutura de ponta, profissionais capacitados e parcerias internacionais, os Institutos formam uma grande rede de soluções integradas e customizadas para empresas de todos os portes e em qualquer parte do Brasil. Até 2019, serão 25 Institutos de Inovação e 63 Institutos de Tecnologia. Conte com cada um deles para transformar sua empresa.

INSTITUTO SENAI
DE INOVAÇÃO

INSTITUTO SENAI
DE TECNOLOGIA

INSTITUTOS SENAI DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA.
LIGADOS PELA TRANSFORMAÇÃO.
CONHEÇA MAIS. ACESSE WWW.INSTITUTOS.SENAI.BR

Facebook: /senainacional Twitter: @senainacional Instagram: @senai_nacional LinkedIn: /senai



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA